



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 16 DE DEZEMBRO DE 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa noite a todos. Presidindo a 6ª audiência pública devolutiva do PL 272/15, da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos. O PL disciplina o parcelamento, uso e ocupação do solo do Município de São Paulo, também chamada como Lei de Zoneamento.

Membros da comissão, Srs. Vereadores: Aurélio Miguel, Dalton Silvano, Gilson Barreto, Juliana Cardoso, Nelo Rodolfo, Paulo Frange, Souza Santos.

Esta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* no dia 14 de dezembro de 2015, no *Estado de S. Paulo*, no dia 15 de dezembro de 2015 e no jornal *Folha de S. Paulo*, dia 16 de dezembro de 2015.

Todos sabem que o projeto foi encaminhado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Sr. Prefeito através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Nesta audiência pública os senhores também poderão apresentar as suas sugestões, reivindicações, interesses em defesa da sua casa, do seu quarteirão, do seu bairro e sua rua.

Convido para Mesa o nobre Vereador Paulo Frange, relator; e os Srs. Fernando de Mello Franco, Secretário de Desenvolvimento Urbano; Daniel Montandon, Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Esta audiência pública foi marcada para hoje prevendo a aprovação do projeto em primeira discussão. O projeto foi aprovado hoje. Mesmo se não tivéssemos aprovado hoje, nós iríamos realizar esta audiência pública e, depois da primeira aprovação, teríamos outra audiência pública porque assumimos o compromisso de que entre a primeira aprovação e a segunda haveria mais uma audiência pública. Nada impede que vocês tenham contato com os Vereadores da Comissão ou com qualquer outro Sr. Vereador. Houve 45 votos favoráveis.

Tentamos com as 47 audiências públicas ter uma discussão efetiva a respeito. Muitas regiões de São Paulo foram totalmente contempladas, algumas não se sentem contempladas, mas ainda é tempo de discussão.

No último momento teremos de tomar um posicionamento mesmo em plenário. Se não chegarmos a um denominador na Comissão os Srs. Vereadores apresentarão emendas para aprovação em plenário. Hoje, apresentaram emenda do Lixão do Jaguará, que não foi contemplado no relatório porque não houve entendimento. E a Câmara Municipal aprovou a emenda e, agora, será inserida no relatório, em primeira aprovação. Já marcamos audiência interna da Comissão para inserirmos o que for aprovado hoje, no relatório. Então, ainda temos algum tempo para podermos discutir e analisar esse trabalho, a fim de podermos atender, o máximo possível, as demandas da cidade de São Paulo.

Inicialmente, nas primeiras audiências públicas, eu tinha uma preocupação muito grande sobre a interferência efetiva do Executivo na Comissão. Mas quero, na presença do Sr. Secretário, agradecer e dizer que não houve interferência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Houve discussão, entendimento, colaboração. Foi um trabalho muito profícuo, principalmente por parte do Relator, nobre Vereador Paulo Frange.

Então, estamos chegando a esta primeira fase de missão cumprida e estou muito satisfeito porque a Câmara Municipal, pelo menos, tentou exercitar a democracia. Claro que alguém pode dizer que não atingimos toda a cidade de São Paulo. Claro. É muita gente, mas as pessoas interessadas, ou aquelas que conseguimos atingir, estiveram presentes, participaram, e em momento algum cerceamos a palavra de qualquer pessoa, não importando de onde ela tenha vindo.

Agradeço o respeito de todos vocês, com a direção dos trabalhos. Vocês, nos momentos iniciais, com descrédito total de algumas pessoas que, às vezes, se exaltaram, vocês mesmos procuraram conter essas pessoas. Vocês entenderam que o nosso objetivo era colaborar com as reivindicações da cidade de São Paulo.

Sabemos que há, ainda, algumas regiões, principalmente as regiões de ZER e ZCor que ainda não estão totalmente definidas. Houve alguns avanços e garantia de algumas conquistas. Tudo aquilo que foi mudado foi aproveitado das audiências públicas. Houve uma

contribuição fabulosa a respeito. Claro que ainda temos algumas questões para resolver. Quando falei que ainda não me sentia contemplado é porque realmente existem algumas demandas para discutirmos, analisarmos a forma legal. Mas temos certeza de que houve um grande avanço nesse processo. Claro, também, que nem todos os Srs. Vereadores estão satisfeitos, mas vamos rever as reivindicações e os encaminhamentos de todos os Pares que ainda não foram contemplados. E as reivindicações dos Srs. Vereadores, todas elas, foram fruto das reivindicações de vocês. Não há nenhuma reivindicação pessoal de Vereador e isso foi algo muito importante que verificamos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Fernando de Mello Franco.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Boa noite para todas e para todos.

Hoje, de fato, conseguimos algo muito importante para a Cidade, ainda que nem todo mundo, eventualmente, esteja satisfeito. Também não estou 100% satisfeito. Seria muito duvidoso que todos estivessem 100% satisfeitos. A Cidade é um campo de conflito e estamos vendo esse campo de conflito expresso aqui, e a coisa mais difícil de se fazer, nesse contexto, é justamente construir pactos. E o zoneamento é, assim como diversas outras leis, um dos principais pactos que estamos construindo pela Cidade. E, como todo e qualquer pacto, há ganhos e perdas, e é disso que se trata.

Queria, aqui, cumprimentar toda a Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal de São Paulo que, acredito, venha fazendo – porque o trabalho ainda não terminou – esforços muito sérios, muito comprometidos com essa lei e, também, com o futuro da Cidade. Também retribuimos o cumprimento que o Vereador Gilson Barreto nos fez, em termos de reconhecer que sim, que esse diálogo entre os Poderes Executivo e Legislativo vem sendo, nesse quesito, muito importante e profícuo.

Cumprimento, especialmente, o Relator, nobre Vereador Paulo Frange que, de fato, não apenas se comprometeu em levar com toda a seriedade devida a esse processo, como – posso garantir a todos vocês – estudou profundamente um tema, que não é o seu tema de

formação. Hoje, de fato, podemos dizer que o Vereador Paulo Frange tem um grande conhecimento sobre as questões urbanas. É admirável esse deslocamento e essa profundidade com a qual S.Exa. se entregou para entender os méritos desse projeto de lei.

Queria, também, agradecer a todos vocês, porque houve – e está havendo – um diálogo que, mais uma vez, ainda que não atenda a todas as posições, vem sendo realizado. Achamos muito bom que a sociedade também esteja engajada, motivada e mobilizada para defender aquilo que acredita seja uma cidade melhor.

Não terminamos o processo, evidentemente. Temos, ainda, um processo difícil de fortalecimento, ou revisões, desse pacto que estamos construindo. O que esperamos é que continuemos nesse nível de diálogo respeitoso, necessário entre todas as partes envolvidas na construção desse acordo coletivo que faremos pela Cidade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Relator, nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Sr. Presidente, ainda dentro do espírito de continuar ouvindo mais vocês, do que propriamente falando, se vocês me permitirem, não farei a apresentação, até para ganharmos tempo e vocês não saírem daqui muito tarde.

Mas preciso fazer comentários rápidos sobre em que momento estamos. Primeiramente, agradeço ao Sr. Presidente desta Comissão que permitiu que tudo acontecesse dentro de uma fluidez com muita democracia.

- Aplausos.

O SR. PAULO FRANGE – E não deixou a situação virar uma briga partidos políticos dentro do processo. Aqui trabalhamos para a Cidade e sem ideologia política. Nós tentamos entender o território e aprender com vocês. Esse resultado traz benefícios para todos.

É importante também vocês nos ajudarem com relação a situações que envolvem

boatos e que muitas vezes atrapalham muito um trabalho tão bonito como o que foi conduzido até agora com a sociedade.

O boato normalmente quebra um banco e uma maternidade. Quando alguém diz que uma maternidade tem infecção, ninguém quer ter bebe lá, mas passa a ser uma verdade por muitos anos. Nós já vimos acontecer isso em São Paulo.

Surpreendemo-nos no início do processo com os lugares onde as pessoas disseram que agora iriam construir prédios em todas as quadras. A Zona Residencial e a Zona Corredor têm limite de gabarito garantido, nada foi mudado. Tem até um texto escrito dizendo que vale aquilo que está na convenção condominial, aquilo que foi registrado em cartório. Nada muda com relação à característica urbanística do local.

Algumas situações encontramos bem na periferia da Cidade onde disseram que aquela região demarcada como ZEIS, o Governo iria tomar a casa das pessoas. Nós fomos surpreendidos por um número grande de idosos perguntando por que o Governo iria tomar a casa deles. Mas alguém passou na rua falando isso, então, às vezes a maldade atrapalha muito o processo que é difícil de compreender.

Também nos surpreendemos com a velocidade com que a sociedade se apoderou desse conhecimento e passou a conhecer mesmo o assunto e a contribuição veio com muita qualificação.

Nesse conflito de ZER e de ZCor, com a ajuda de vocês, acabamos construindo regras que valem para a Cidade toda, permitindo afastar das Zonas Residenciais o máximo possível a figura dos prédios emparedando os residenciais, levando para mais dentro do bairro aquilo que são prédios altos. Nas áreas de menor densidade, como na região de Vila Madalena, a contribuição que veio de lá conseguiu trazer no primeiro texto algumas mudanças que em um primeiro momento eram boas, mas depois alertados por técnicos como o Dr. Francisco para situações que seriam fáceis de burlar a lei e gerou mais mudanças e terminou com acordo feito com a própria Secretaria encontrando redução no espaço de zona de eixo

para a Vila Madalena não perder sua característica.

Continuamos avançando na discussão no sentido de criar regras claras e que sejam autoaplicáveis, transparentes para que as pessoas possam entender o que vale para uma Cidade inteira. Nesse sentido, quando se colocaram os eixos sobre o transporte público, a mobilidade urbana, estamos adensando essas regiões. Parece uma inovação, mas estamos 30 anos atrás de Curitiba e outras cidades que trazem a facilidade da proximidade das pessoas com o transporte público, permitindo adensar mais perto dos metros tendo em vista o altíssimo custo do metro, que é dinheiro nosso, meio bilhão por quilometro linear. Então, esse espaço tem de servir a mais pessoas, mas, também, temos de estabelecer regras para não incomodar as pessoas daquele local, assim como os corredores.

Mas, na Cidade, havia e há as figuras das Zonas de Centralidade, que apareceram neste projeto, com muita clareza, quando se coloca a imagem projetada das avenidas comerciais da Cidade – Voluntários da Pátria, Sezefredo Fagundes, Clélia, Avenida Pompeia. Quando começamos a passar por essas avenidas, começamos a perceber que todas elas têm ônibus, todas têm transporte – não são eixos de transporte, mas têm transporte, têm muito comércio. Algumas estão deterioradas e vão deteriorando com o tempo. O terreno, ali, é caro porque é comercial e o comércio que fica ali nem sempre consegue sobreviver porque tem um grande competidor, que é o shopping center da região. Surgiu a ideia, então, de se buscar fazer com que as pessoas possam se dirigir para esses espaços por terem mais vantagem de ir para lá. Para isso, tivemos de mexer no gabarito das Zonas de Centralidade, tirando os 28 metros das Zonas Mistas, que são o grande território da Cidade, quase que 20%, para 48, agora, nas Zonas de Centralidade. O que significa isso? Significa que, nessas avenidas, quando alguém quiser construir um hospital, uma escola, uma universidade ou um prédio corporativo, não ficará na Zona Mista, que é predominantemente residencial, mas vai para a centralidade. Por quê? Porque está de frente para a avenida, o ônibus para na porta. Enfim, é mais atrativo. Em vez de fazer uma lista do que pode ou não, quem for para esse lugar,

seguramente precisará desse espaço. Então, corredores como o da Clélia, que durante muitos anos foi a entrada de São Paulo, mas quem usa ele hoje, à noite enfrenta uma escuridão enorme e os prédios todos fechados. No futuro, a possibilidade de qualificar aquele espaço, com edificações melhores e com usos mais intensos, com certeza mudará completamente a configuração dali.

Nesta semana, vi um mapa – e é uma pena que não o temos aqui, neste momento – em que se projetam os eixos e essa centralidade. Ou seja, reafirmamos a figura dos subeixos na Cidade. São os centros dos bairros, são avenidas históricas da Cidade. Essas regiões não ficarão tão distantes da figura do eixo, porque essa é muito maior. Isso também não encarece na hora de produzirmos esse edifício. A própria lei contempla o potencial construtivo com potencial de aproveitamento 1 com o não computável uma vez. Agora, tem quase que 1,45. Ou seja, 45% a maior a área não computável. Portanto, não tem de comprar essa outorga para a área não computável. Qual o resultado disso? Não se repassará para o consumidor um custo adicional. Portanto, a Lei de Zoneamento não está encarecendo o imóvel em São Paulo. O terreno em São Paulo é caro, mas a Lei de Zoneamento não está, hoje, em momento algum, aumentando o custo final dessas obras. Isso para que possamos sair de uma história em que quase 10 mil sobrados foram derrubados em São Paulo e transformados em prédios, sem planejamento algum. A Subprefeitura de Pinheiros é campeã nisso.

Portanto, temos convicção de que podemos não estar no caminho exatamente correto, mas estamos no rumo certo.

Enfim, muito se produziu, daquilo que vocês trouxeram, para que se possa ser agregado. Discussões, ainda, pontuais de corredores e tudo, tem muita mudança.

Há mudança feita que já tem questionamento e vai ser analisada. Estamos aqui para corrigir todos os erros. Temos total humildade de entender que algumas coisas que fazemos têm, em qualquer momento, de ser repensadas. Não deixamos portas fechadas. Aprendemos, desde o início de nossa vida, que, ao sairmos de qualquer lugar, devemos deixar

a porta aberta, para poder recuar, voltar e acertar junto.

Minha fala é muito rápida, mas queremos tirar alguns fantasmas, ou seja: a Lei de Zoneamento encarece a construção civil em São Paulo? não; vai custar mais caro produzir e morar? não vai; vai ter um planejamento? com certeza; vamos ver conseguir ver uma cidade como estamos desenhando no mapa? vamos, demora um pouco, mas vamos. Em oito, dez anos, com certeza, veremos um território ocupado de forma diferente.

Para encerrar: nossa grande preocupação desde o nosso primeiro dia, aqui, quando falamos de uso, continua sendo a preocupação de lá até agora. Nós não deixamos de pensar, nem de trabalhar, como muitos que estão aqui.

Nós temos de decidir exatamente que tipo de uso nós vamos deixar, em cada uma dessas regiões, para que não haja incomidade. Temos certeza absoluta de que um local de evento, uma discoteca para 500 pessoas, incomoda mesmo. E quando falo, quero dizer que não é só discoteca que incomoda, o *vallet* incomoda mais do que discoteca. Sabemos como esses meninos que estacionam nossos carros, saem patinando e voltam freando e fazem o que querem nos finais de semana, durante a noite e durante o dia também. Então vamos tomar todo o cuidado para que possamos organizar esse uso agora.

Aqui, na Casa, não é só com vocês, temos um grupo de Vereadores que têm essa preocupação e nós estamos construindo juntos. Não vamos deixar isso sem ser tratado. Aliás, temos tratado sempre com a Secretaria, que também está debruçada sobre esse assunto conosco, para que possamos estabelecer uma regra de convivência nesses ambientes.

No mais, muito obrigado pela colaboração de vocês até agora e muito obrigado pelo carinho. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Sr. Relator, vamos ouvir os amigos, cada um por três minutos, e, por favor, procurem ser o mais breve possível em seus pronunciamentos. Temos ainda, aproximadamente, 60 ou 70 inscrições.

Primeiro orador é a Dona Olinda.

A SRA. OLINDA - Sr. Presidente, Sr. Relator, prezados irmãos Vereadores, a minha solicitação é a respeito de um lote, do qual sou dona, e está localizado entre as ruas Vadi Batite e Edmundo Escanapé, de frente à avenida Francisco Morato.

O loteamento é residencial, mas, devido ao progresso do bairro que passou a ter, de um lado e de outro, imóveis comerciais, não é possível o movimento intenso de carros etc., construir, ali, casas residenciais. O terreno tem 1.450 m² e é muito solicitado para estacionamento, hospital, faculdade, firmas, mas meu terreno está fechado porque não é permitido estacionamento e, além disso, houve invasões. Tenho mantido caseiros que me trazem despesas.

Além de tudo isso, a Prefeitura está cobrando, para terrenos ociosos, imposto territorial progressivo. Então não é possível manter esse terreno nessas condições. As despesas são grandes.

Por isso, mais uma vez, venho à presença de V.Exas., para que reconsiderem a posição do meu terreno de zoneamento número 2 para o número 3. Assim, o terreno ficaria liberado para essa finalidade de atender as firmas vizinhas, aos hospitais etc.

Venho pedir com muita delicadeza aos Srs. Vereadores que reconsiderem isso e transformem meu lote em zona 3, para facilitar o uso do mesmo dando emprego às pessoas que queiram trabalhar ali. Agradeço muito a atenção e espero ser atendida. (Palmas)

O SR. PAULO FRANGE – Sr. Presidente, só para explicar, a D. Olinda esteve aqui da outra vez, o lote dela já foi incluído como ZCor como prometemos. Só que é ZCor 2 e ela está pedindo transformar esse espaço em ZCor 3.

Aquele pedido feito naquele dia foi atendido, o lote, especificamente. Mas nós só precisamos, agora, avaliar se tem como fazer ZCor 3 na rua toda. Viu, D. Olinda, isso aqui está vigiando. Já foi atendida a inclusão do lote. (Palmas)

A SRA. OLINDA – Muito obrigada, Srs. Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Sr. Willinton de Souza. (Pausa) Não está?

(Pausa) Então, próximo, Sr. Paulo Cerqueira.

O SR. PAULO CERQUEIRA – Boa noite, como todo mundo sabe aqui, o meu pleito é que a Jacarezinho seja incluída como ZPR ou ZCor.

Outra coisa, senhores, eu suponho que minhas contribuições tenham sido muito úteis para todo o desenrolar do processo de zoneamento. Imaginem os senhores, quanta dor de cabeça essa comissão, a SMDU, a Prefeitura, a própria Câmara, até mesmo a Cidade, iriam ter se não tivessem dado ouvido às minhas observações, principalmente em relação ao fato de que os terrenos que o shopping comprou na rua Jacarezinho não poderiam ser usados como comércio, uma vez que estavam como Zona Residencial.

Após a entrega dos documentos que eu protocolei, apontando esse grave equívoco, a Jacarezinho foi praticada como ZPR, até uma esquina antes da minha casa, viu Secretário? Os terrenos da Jacarezinho estavam, do shopping e não podiam ser usados como comerciais, após eu ter feito essas observações foi mudado.

Entretanto, eu que fiz esse alerta, mas minha casa continua como ZER. Só por esse fato, realmente, por gratidão mesmo, acho justo que a Jacarezinho inteira, na sua curtíssima extensão de 400 metros, seja ZPR ou ZCor 2, a mesma ZCor da Gabriel Monteiro da Silva.

Imaginem os senhores, se fecharem aquele imenso estacionamento que há lá, onde é que vão parar aqueles carros. O estacionamento ocupa os quatro últimos lotes da Jacarezinho. Onde vão parar esses carros? Todos os outros argumentos lógicos e justos que dão sólido fundamento ao meu pleito – todos já estão cansados de saber –, mas vou repetir, porque toda hora mudaram o zoneamento.

Meus documentos estão todos protocolados aqui e só ver o número. Mas, muito mais por questões técnicas e urbanísticas, do que pela minha contribuição – modéstia à parte, foi muito grande – peço que a Jacarezinho, toda ela, seja ZPR ou ZCor 2.

Tenho certeza que os senhores terão bom senso para atender meu pleito uma vez

que ele é justo. Não estou pedindo só por ser meu. Agradeço a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Marcel Ride.

O SR. MARCEL RIDE – Srs. Vereadores, senhores, boa noite. Eu faço parte da Associação Alameda Gabriel, que congrega hoje por volta de 80 estabelecimentos e a gente trabalha conjuntamente com a AME Jardins para fazer e requalificação da Alameda, inclusive já protocolamos esse projeto na Prefeitura, para aterramento de fios, plantio de mais árvores, áreas drenantes.

Na verdade o que a gente está precisando dos senhores é que a ZCOR 2 da Gabriel seja preservada e, se possível, na PL onde tínhamos uma taxa de ocupação um pouquinho maior e que favoreceria os estabelecimentos comerciais, ela foi modificada e eu gostaria que voltasse à primeira aprovação, que foi dada, se fosse possível, porque nós temos na Alameda hoje a aprovação do Conpresp e do Condephaat com relação a essa requalificação e lá consta uma área permeável de 30% do lote. Portanto, uma taxa de ocupação de 70% não prejudicaria em nada a parte de permeabilidade do solo. Muito pelo contrário. O que nós estamos procurando é mais permeabilidade do solo, inclusive com as calçadas drenantes, com aterramento de fios e a gente espera poder contar com esta Casa para que a gente consiga ultrapassar essa barreira que existe e achar que a Gabriel Monteiro da Silva veio para degradar o bairro, muito pelo contrário, ela está trabalhando junto com o bairro, para melhoria do bairro. Inclusive fizemos vários estudos com CET, que é uma via bastante movimentada e os carros que lá passam, 90% não se destinam ao comércio que lá está instalado. Então eu gostaria que se por acaso os senhores pudessem repensar e voltar atrás na taxa de ocupação também.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Flávio.

O SR. FLÁVIO – Senhores boa noite. Os senhores me conhecem, vim aqui falar mais um pouco do ladeirão, a Rua Flávio Américo Maurano, a linha vermelha de São Paulo.

Olha, um corredor lá é muito bem vindo, deve melhorar a situação da região, trazendo atividade e segurança. Nesse momento está sendo proposta uma ZCOR 2 para a Flávio Américo Maurano pelos senhores. Mas eu insisto que isso é pouco. A gente precisa de uma ZCOR 3. Eu quero lembrar que a gente está falando de Morumbi, que é arrabalde de Paraisópolis. Se Morumbi hoje não é um Jardim Europa, é um bairro hoje vazio, é um gueto. Apenas autorizar novas atividades não significa que elas vão acontecer. Hoje a região é tão degradada que não existe interesse em atividade alguma, permitida ou não. Para haver uma melhora nós precisamos da Avenida Hebe Camargo terminada, precisamos do monotrilho funcionando. No dia que essas coisas finalmente estiverem prontas o ladeirão terá uma chance de melhorar.

Mas aí existem outros problemas. A Rua Dr. Flávio Américo Maurano, a rua 12 do mapa, tem terrenos gigantescos e existem restrições que não permitem desmembramentos. Vejo que a maioria das atividades permitidas na ZCOR 2 não fazem sentido nesses terrenos, são lotes com mais de dois mil metros com construções vazias, decrépitas e inúteis. Terão que ser adaptadas, reconstruídas. Já a rua perigosíssima, não tem transeunte e não se pode nem estacionar um carro. Que pequena atividade comercial pode prosperar num lugar desse? A rua precisa de socorro. Estamos pedindo uma autorização para os senhores para se livrar dos nossos crimes. A rua precisa ser ocupada novamente com atividades amanhã, no futuro. Por isso a Dr. Flávio Américo Murano precisa ser uma ZCOR 3; pois 2030 está muito longe e se não for assim nós vamos estar errando.

Eu peço que, por favor, prestem atenção, lembrem-se do ladeirão e de mim. Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero registrar a presença do Vereador Cabrabom.

Tem a palavra o Sr. Nelson Cortez.

O SR. NELSON CORTEZ – Srs. Vereadores, membros da trabalhosa Comissão de

Zoneamento, senhoras e senhores autores ou representantes de justas reivindicações para seus problemas, boa noite.

Inicialmente os agradecimentos pelo bem acolher de nossas justas pretensões quando da regularização do trecho viário entre o Palácio e a Rua Dr. Flávio Américo Maurano. Inicialmente essas quatro quadras eram chamadas de trecho bastardo no atual zoneamento, como demonstramos exaustivamente através de nossos representantes e proprietários de imóveis e terrenos naquela região. “I have a dream” disse Martin Luther King. No nosso caso esperamos que um dia nossos bisnetos e os filhos e netos dessa comunidade paulistana possam passear livremente por entre as árvores, canteiros e flores de nossas avenidas, livremente, sem medo de ser feliz, assaltado ou mesmo mortos por esses igualmente brasileiros e brasileiras, aos quais não foram proporcionados os elementos básicos para a complementação de sua formação cívica e moral, que são educação, saúde pública e conscientização entre o bem e o mal.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Alessandra Jangesk.

A SRA. ALESSANDRA JANGESK – Queria falar com os Vereadores, com o senhor, com o Vereador Paulo Frange. Estou aqui de novo e queria falar com o maior carinho e amor. Eu participei de todas as audiências, todas as oficinas e vocês já devem estar cansados de me ver.

Eu queria pedir, por favor, para atenderem aos pleitos onde não há conflitos. Tem muitos locais na Cidade onde não há conflitos e vocês devem saber melhor do que eu. Eu vim aqui falar da Rua Minas Gerais, o trecho entre a Praça Marechal Cordeiro de Farias e a Dr. Arnaldo. Ali a rua é curta, ela tem sete metros de largura, quatro prédios residenciais e oito casas entre eles. Nós vivemos ali em harmonia, todos os proprietários desse trecho assinaram abaixo assinado pedindo ZCOR 1, que no caso hoje seria equivalente ao que temos que é ZCLZ2. Além, o próprio PDE diz: “Não se aplica ZEU em ZEPEC”, ali é ZEPEC, está no

perímetro tombado do Pacaembu. Nós não queremos esse uso ZEU no meio dos prédios residenciais porque a gente já sabe o que está acontecendo em outros lugares de São Paulo como Vila Madalena, Vila Olímpia e tantas outras. Essa rua é pequena e linda ao Pacaembu. Nós imploramos realmente, porque não sabemos que fazer para pedir uma emenda para que esse trecho formado pelas Ruas Minas Gerais, Ernest Marcus e Marcelino Ritter seja ZCOR1. O pleito é justo, a Cidade é heterogênea. Ali o ZEU não vai exercer sua função principal de adensamento, pois a área é tombada e os prédios que eventualmente se construiriam teriam no máximo nove metros de altura e são oito casinhas, uma tem cinco metros de frente. Então esse não é o problema. Agora, insistir no uso ZEU no meio dessas casas que estão no meio desses prédios é acabar com a paz que tem ali. Nós vivemos em harmonia com os proprietários de todos esses outros imóveis e não tem nenhum conflito nesse pedaço. Então queria entender o motivo para isso não ter sido corrigido e queria saber se os senhores conseguem me garantir que essa emenda vai ser, pelo menos, levantada essa hipótese e cuidem das pessoas de lá. Os senhores sabem que eu vim em todas, eu queria uma resposta de verdade porque ali não tem o que fazer.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Ana Junqueira.

A SRA. ANA JUNQUEIRA – Eu vou falar, Dr. Paulo Frange, Dr. Fernando, Dr. Gilson, Dr. Daniel e demais Vereadores, peço atenção para o pleito que não é só dos Jardins, mas é o pleito de Cerqueira César, de toda região da Rua Estados Unidos. Nós vivemos já saturados de estabelecimentos comerciais, 715 só em Cerqueira César. O pleito é exclusão de casa de eventos até 100 pessoas, o que já é suficiente para perturbar a área não só exclusivamente residencial, como a área de Cerqueira César sobrecarregada. Nós temos lá consultórios, escritórios de advocacia, nós temos escritórios de convênio médico, já tivemos agência de publicidade, corretoras de seguro, bancos, mas casa de eventos é outro patamar. Nós temos toda montagem de estrutura de casa de eventos, nós temos o barulho da

montagem, da desmontagem, de música, de gente. Basta um bar com três cadeiras para ser suficiente para perturbar as pessoas que precisam de descanso.

Eu resido numa quadra, eu peço atenção dos senhores, entre a Estados Unidos, rua Argentina e Rua Canadá, onde os lotes de terreno dessa quadra da Estados Unidos têm profundidade de até 80 metros, atingindo a rua detrás, onde eu moro, e toda a quadra fica atingida por causa de eventos. Eu, há dois anos, tive um problema com meu vizinho de muro, então eu tenho a Estados Unidos nas minhas costas e a Estados Unidos na minha lateral porque o terreno tem 80 metros de profundidade. Eles montaram uma casa de eventos que foi interdita pela Prefeitura. Não se dormia, não se estudava, não se descansava, não havia silêncio na quadra toda. Eu que era vizinha de muro e a quadra inteira. Peço atenção dessa característica específica da quadra. E a Rua Estados Unidos está saturada da transição para outros estabelecimentos na região de Cerqueira César. Ninguém consegue viver com barulho. Nós pedimos encarecidamente para rever essa situação de permissão de casa de eventos até cem pessoas. Em relação ao uso é a única coisa que nós estamos pleiteando. É uma situação inusitada, o mapa dá para mostrar bem. Essa área em negrito é a casa onde eu moro, ao lado é um terreno inteirinho que vai até a Rua Estados Unidos e todos os subsequentes a partir da Peixoto Gomide tem essa profundidade. Toda essa quadra fica atingida pelo barulho de uma casa de eventos até cem pessoas. A própria Prefeitura reconheceu isso há dois anos e eu fiquei meses para fechar, para interditar tamanho desespero que era dos moradores e eu venho aqui para reiterar por várias pessoas, então eu estou representando toda aquela região de Cerqueira César e Jardins para não haver repetição. Peço muita atenção dos senhores em relação a isso. Aquele quadro lá de cima é a estrutura metálica da casa de eventos e aquele telhadinho à esquerda é da minha casa. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Renata.

A SRA. RENATA – É a mesma apresentação. Boa noite a todos. Primeiro a gente queria, em nome do movimento, agradecer a interlocução tanto com SMDU, o Secretário

Fernando, o Daniel, e também toda Câmara, Vereadores Frange, Gilson Barreto e demais, muito obrigado.

Como a Ana acabou de comentar pelo nosso movimento, a gente tem um único pleito em relação aos usos, que é eliminar o NR1.13, que é casa de evento. Casa de evento inicia atividade nove da manhã limpando a festa do dia anterior, prolonga trazendo aqueles caminhões VUC para tirar o material, tirar a bagunça do dia anterior e continua aí carregando para a próxima festa flores, mesa de som, e daí começam os valets que acabam usando toda a região residencial do entorno como estacionamento. Então incomoda demais não só quem mora vizinho de muro, como nossa vizinha e amiga Ana, como toda a região. Então a gente acha que uso residencial ZCOR 1 é incompatível com NR1.13 e a gente pleiteia a exclusão. Esse é nosso único pleito, que é o que a gente já comentou.

Pode seguir. Daí a gente tem um pleito de uso e um pleito de ocupação. Pleito de ocupação, o que foi cunhado aí como segundo lote, lote lindeiro do lindeiro, a gente contratou a arquiteta Regina Monteiro, ela fez um estudo, um mapeamento, a gente protocolou tanto na Câmara como na SMDU, e o que acontece? Hoje a transição dos usos estritamente residenciais para os usos mistos de Cerqueira César é dada por uma faixa de 40 metros e a gente está mudando para um conceito de lote. Alguns lotes são muito estreitos e esses lotes muito estreitos não se adequam o que o próprio artigo 10 está propondo, que é a transição de usos e densidades para fins de adequação urbanística. Então, alguns lotes específicos que a gente comentou com o Daniel, comentamos com o Vereador Paulo Frange, essa transição fica prejudicada, a verticalização no final do dia está muito próxima. Nós temos lotes de 10, 15 metros de profundidade nas transversais. Então nosso último pleito em relação à ocupação seria incluir a restrição de ocupação nesses lotes de fundos, quando os lotes que fazem parte da ZCOR forem estreitos.

Então são esses os nossos dois pleitos. Queria aproveitar para agradecer em nome do movimento. Os senhores têm acompanhado, a gente sempre comparece e a gente respeita

bastante o processo republicano. Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Welito de Sousa.

O SR. WELITO DE SOUSA – Boa noite a todos. Queremos agradecer pelo empenho e pelo entendimento a parte de nossas reivindicações a essa Mesa, Dr. Paulo Frange, Gilson Barreto, Cabrabom. Porém, todos os moradores do nosso residencial estão apreensivos com o adensamento que a instalação de ZEIS em frente ao Shopping Continental vai causar. Não somos contra instalação de ZEIS, todos têm direito a uma moradia digna. Aquele terreno faz parte integrante do loteamento do Residencial Parque Continental e não existe infraestrutura para suportar qualquer adensamento. As ruas são estreitas, não existe esgoto suficiente, não tem escolas, não tem postos de saúde, hospitais suficientes. Aquele terreno pertence à Urbanizadora Continental, que pertence à Construtora São José. Bem pertinho, na Avenida Jaguaré, existem dois terrenos que pertencem à mesma construtora, o da antiga fábrica de papelão, onde a Prefeitura já utilizou uma parte para construir um CEU recentemente; e o da antiga cooperativa agrícola de Cotia, abandonada, muito maior, com saída mais larga para a Marginal, quase em frente à futura instalação do Metrô.

Indicamos aproximadamente 580 mil m² na região, onde podem ser instaladas as ZEIs sem adensar muito, para que tantas pessoas que forem morar lá, como as pessoas do entorno, sofram o menos possível.

Vereador Paulo Frange, destine aquele terreno em frente ao shopping para cultura e lazer; instale as ZEIs em outro local indicado por nós. O senhor conhece a região, nós sabemos disso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Obrigado. Tem a palavra o Sr. José Luiz.

O SR. JOSÉ LUIZ – Boa noite a todos. Represento a APAM – Associação dos Proprietários e Amigos da Av. Morumbi – e estou aqui para agradecer aos Srs. Vereadores Paulo Frange, Gilson Barreto, todos os que participaram da Comissão, que atenderam o nosso

pleito; o Morumbi inteiro agradece. Nós, moradores do bairro, entendemos que isso será uma virada de página no bairro; após a aprovação dessa lei, será um bairro mais humanizado e mais seguro.

Em nome de todos os moradores e associados, agradeço mais uma vez.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Quero registrar a presença dos nobres Vereadores Calvo, Ricardo Nunes, Eliseu Gabriel. Muito obrigado pela presença.

Tem a palavra o Sr. Brasil Laerte.

O SR. BRASIL LAERTE – Sou Presidente da Confederação de Sustentabilidade do Trabalho e Empreendedorismo dos Bairros e Vilas da Cidade de São Paulo.

Primeiro, quero parabenizar esta Comissão e todos os que participaram dessas 46 maratonas da Lei de Zoneamento.

Uma das teses avançadas que apresentamos foi sobre as cotas ambientais. E venho repudiar, pois cerca de 30% das ZEIs que foram tiradas nessa lei, na calada da noite. A cidade de São Paulo é muito rica, com um PIB de R\$ 463 milhões, mas políticos e ladrões do Executivo e Legislativo teriam desviado cerca de 8 a 10% do PIB da cidade de São Paulo, e esse dinheiro fez falta à sociedade paulistana. Com esse dinheiro, daria para ter construído 500 km de Metrô; 200 mil unidades de habitações de interesse social; daria para ter regulamentado 1.250 favelas; e ter outorgado o título de propriedade para cerca de 250 mil famílias na cidade de São Paulo.

Cerca de 48% das empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços foram expulsas da cidade de São Paulo e hoje, a cada hora, 25 municípios perdem seus empregos devido ao sucateamento dos quatro cantos da Cidade. Esse é o preço que a sociedade paulistana, e esses políticos vêm falar em transformar numa cidade necessária.

Dois políticos desses – são vários – um é o Vereador José Américo, outro é o

Presidente da Câmara, fazem e fizeram parte da máfia dos fiscais que contribuíram na “roubança” do PIB da cidade de São Paulo, tanto que o maior 171, no Câmara no Seu Bairro, falou que a Câmara de São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Obrigado, Laerte. Tem a palavra a Sra. Eliane Alves.

A SRA. ELIANA ALVES – Sou Jornalista ligada à qualidade de vida e gostaria de agradecer a sensibilidade dos Srs. Vereadores que atenderam ao pleito da av. Morumbi, que há muitos anos não é mais residencial; e houve esse reconhecimento, que nos livrou de uma zona de risco altíssima e também de convivência com um barulho insuportável. Por isso, agradeço a inclusão da ZCor 3 na av. Morumbi.

Acho que o bairro vai melhorar bastante e as pessoas não precisarão andar 3 km, seja de carro, a pé ou de ônibus, para comprar um fósforo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Eiko Jorge.

O SR. EIKO JORGE – Srs. Vereadores Paulo Frange, Gilson Barreto, agradeço pelo atendimento ao nosso pleito e quero alertar sobre um artigo, 135, deste projeto, que é um “jabuti” e que responsabiliza solidariamente o proprietário considerando-o infrator, caso o inquilino não tenha, ou não consiga, tirar o Alvará de Funcionamento. E a multa é uma extorsão.

Para imóveis de periferia, praticamente ele toma o imóvel do proprietário. Eu acho que isso atinge toda a cidade de São Paulo e não tem nada a ver com o zoneamento; é um perigo, porque a ineficiência da Prefeitura acaba transferida para o proprietário, que não tem poderes de polícia, nem tem condições de ir à Justiça e conseguir um despejo rápido, e a multa é automática, de 30 em 30 dias. É algo monstruoso. Isso é teratológico. Então, se pudessem rever esse artigo, de repente, até extirpar isso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Qual artigo?

O SR. EIKO JORGE – 135. Era 136 e virou 135.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Marcelo Chedide.

O SR. MARCELO CHEDIDE – Boa noite. Sou morador de Moema, na Alameda dos Arapanés. Nesse trecho, na frente do Shopping Ibirapuera, na av. Ibirapuera, é ZER1. Na frente, haverá uma estação de metrô, ao lado direito.

Gostaria de saber como as pessoas vão morar na frente de uma estação de metrô? Acho que algo está errado, pois ter uma moradia a 20 metros do Metrô é totalmente contra o que acredito. Então, na minha opinião, esse trecho deveria acompanhar o lado de lá, transformando tudo em área de construção de prédio, porque seria um absurdo para quem quer adensar essa área a 150 metros do Metrô como residencial. Vai ter o Metrô, o Shopping Ibirapuera na frente, a 150 metros de casas? Isso é totalmente contrassenso.

Moro na Arapanés, na quadra de trás da av. Ibirapuera. Hoje, com a obra do Metrô, o trânsito foi todo desviado, então quem vem da Santo Amaro e da Arapanés entram ali para atravessar a av. Ibirapuera. E, provavelmente, com o término da obra do Metrô, continuarão passando os carros pela av. dos Eucaliptos. Esse trecho sempre foi trajeto de ônibus, mesmo antes desse desvio, porque as únicas duas ruas que atravessam a av. Ibirapuera é a av. dos Eucaliptos e a Jacira, ou seja, as duas únicas ruas que ligam a Santo Amaro com o outro lado da av. Ibirapuera. Ou a pessoa vai reto, atravessa do lado Shopping Ibirapuera; ou entra na Arapanés e faz essa manobra para atravessar. Isso é para vocês verem como está o trânsito na frente da minha casa, numa zona residencial. Isso não é zona residencial, a meu ver.

Venho pedir, mais uma vez, que isso seja modificado. E quero parabenizar os Vereadores Paulo Frange e Gilson Barreto, que são muito atenciosos, e merecem o nosso carinho. Antes de conhecê-los, eu não conhecia o que é político. Vê-los trabalhar do jeito que trabalham e ainda escutar críticas é um absurdo. Parabéns aos dois!

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Armagan Karen.

O SR. ARMAGAN KAREN – Boa tarde, Srs. Vereadores. Primeiro, venho agradecer, pois nosso pleito foi aceito parcialmente, modificando a Rua Dr. Flávio Américo Maurano em ZCor 2. Só que, futuramente, nessa região vai sair a Estação Américo Maurano, do monotrilho, e a Av. Hebe Camargo está desembocando lá. Então, o certo seria pleitearmos ZCor 3 para essa área. É só isso. Agradeço, mais uma vez, pelo empenho.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Mauricio Vaccari.

O SR. MAURICIO VACCARI – Boa noite, senhores, Vereadores, estou aqui para pedir a contemplação da Av. Ceci, como um todo, transformada num corredor comercial, de ZCor 1, porque lá, de fato, já é um corredor comercial, já existem vários comércios, posto de gasolina, padaria. Então, a gente queria transformar isso numa situação de direito, até porque um corredor comercial ali agrega ao bairro.

Temos um abaixo-assinado, entregue e protocolado, com mais ou menos 60% dos moradores da Avenida Ceci aprovando esse corredor, até porque o começo dela já é comercial e o fim também. Então fica algo estranho, o meio não.

Acho que todo bairro deveria ter um corredor comercial. Quando se fala em corredor comercial, a gente já pensa em bar, em barulho, mas tem muito comércio saudável para quem mora nos bairros, afinal, quantas ruas existem num bairro? Por que uma, duas ou três não podem virar um corredor comercial? (Palmas) Certo? Pode-se ter uma farmácia, uma padaria, um minimercado, você pode ter coisas que você nem precisa tirar o carro da garagem.

Então essa história de que a rua vai ficar cheia é verdade em parte, porque a gente que tem um corredor comercial perto de casa pode ir a pé a vários lugares, sem precisar de

carro. Também acho que ninguém vai sair da zona Norte para ir para a zona Sul num corredor comercial. Esse corredor acaba atendendo ao bairro, melhorando a qualidade de vida de quem está nesse bairro. Então acho que todo bairro deveria ter sim, até porque a gente sabe que já existem de fato várias ruas que são corredores comerciais. E a maioria aprova que lá vire um ZCor 1.

Era isso que queria solicitar, a contemplação total da Ceci.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Marcelo Vaccari.

O SR. MARCELO VACCARI – Boa noite Exmos. Presidente da Mesa, Sr. Gilson Barreto; nosso Relator, Dr. Paulo Frange; demais Vereadores, Valdecir Cabrabom, Eliseu Gabriel, Ricardo Nunes e Calvo.

Primeiro quero agradecer muito a vocês, tenho acompanhado as audiências, por todo o trabalho, toda a dedicação, todo o carinho de vocês em transformar a nossa Cidade em um lugar melhor para todos sem nenhum tipo de interesse, a não ser o bem comum.

Nesse sentido, ao acompanhar as audiências, observei que a Avenida Ceci, no Planalto Paulista, estaria sendo contemplada com uma ZCor 1. Fato esse que me deixou muito contente porque estou no bairro há muitos anos, como morador e prestador de serviço, onde exerço uma função não apenas de serviço, como social, pois lá tenho um Centro de Estudos e Pesquisas Defeitos da Face onde trabalhamos com crianças carentes que apresentam más formações de face.

Essas crianças são recebidas e tratadas por nós gratuitamente. Na realidade, muitas vezes... (Palmas) Obrigado. Muitas vezes banco o *Robin Hood* e tiro dinheiro do meu ganho profissional para poder fazer coisas por elas. Isso não é mérito algum, faz parte do ser humano. O Dr. Paulo Frange é um médico de excelência, um excelente cardiologista, que entende bem isso e os demais Vereadores têm essa sensibilidade.

Nesse sentido, gostaria de dizer que a Avenida Ceci, há muito tempo, já era um

corredor comercial de uso misto e, por causa de outras leis de zoneamento, ela acabou perdendo essa característica. Hoje ela é oficialmente uma via coletora de trânsito, onde ele fica ruim não apenas naquele trecho contemplado na lei, mas inclusive vai piorando porque foi feita uma mudança na Avenida Ceci, atrás do Clube Sírio Libanês, onde ela não desemboca mais. Tem de ser feito um contorno. Então ali o trânsito fica muito ruim.

Além disso, como falado anteriormente, os serviços não tem a comodidade como uma ZCor 1 pretende. Dessa forma, vai facilitar e melhorar a vida das pessoas que estão lá e permitir que a gente continue desenvolvendo esse nosso trabalho.

Então por uma questão de necessidade, viabilidade, melhora da qualidade de vida e isonomia, agradeço e peço aos senhores a sensibilidade que têm tido até agora de estender a Avenida Ceci, como um todo, como uma ZCor. Tenho certeza de que junto com os outros moradores poderemos estabelecer critérios de incomodidade para que não seja qualquer serviço e sim apenas os úteis a todos os moradores.

Essa é a minha proposta.

Obrigado aos senhores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Carlos Seabra.

O SR. CARLOS SEABRA – Boa noite a todos. Represento a Amebron, Associação dos Moradores e Empresários do Brooklin Novo.

Vou contar uma pequena história a vocês. Tudo começou com a inauguração da Marginal Pinheiros, entre 68 e 69. Logo depois veio a Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini e, na sequência, em 1972, a Rua Guararapes foi transformada num corredor direto do Aeroporto de Congonhas à Marginal Pinheiros, mudando totalmente o nosso bairro. O mais estranho é que fizeram o primeiro zoneamento exatamente no meio da rua, paralelamente à Sociedade Hípica Paulista e, para disfarçar, aumentaram mais dois quarteirões que ficaram como exclusivamente Z 1. Depois de 1973, outro pedaço até a Marginal Pinheiros e,

finalmente, outro pedaço da Avenida Santo Amaro à Rua Califórnia.

Nesse período, a Rua Guararapes ficou com três tipos de zoneamento, ou seja, no começo da rua, tudo pode; no meio, nada pode e, no fim, pode tudo novamente. Em 2004, mudaram novamente os três zoneamentos com novas nomenclaturas, ou seja, mais uma vez trocaram seis por meia dúzia.

Em qualquer projeto idealizado, no segmento que for, tudo se inicia pelo planejamento organizado que é a capacidade de programar suas atividades dentro de um cronograma bem delineado, prevendo obstáculos e antecipando soluções, utilizando através de análises prévias todos os recursos disponíveis, não desperdiçando tempo ou energia.

Sendo assim, por que na Rua Guararapes o zoneamento começou exatamente pelo meio? Você constrói primeiro o alicerce, as paredes e, por fim, o telhado? Explicamos e apresentamos os mapas iniciais e atuais a vários moradores em nosso bairro e também de outros e ninguém que conhece e passa pelo local acredita que isso esteja acontecendo desde 72, caso vocês conheçam.

Quem vai pagar por essas perdas e danos, nesses últimos 43 anos? Estamos aguardando a tão falada justiça social, igualdade, respeito, solidariedade, dignidade e demais adjetivos que caberiam nesse pedido.

Com o novo zoneamento, passou-se a ter cinco tipos de zoneamento, sendo o primeiro ZEU, Zona de Eixo de Transformação Urbana; o segundo ZM, Zona Mista; o terceiro, que é o nosso, ZPR ZCor 1, Zona Predominantemente Residencial de um lado e do outro ZCor 1; o quarto, acreditem se quiser, volta a ser Z1 num pedacinho de 50m e, no final, ZC, Zona de Centralidade.

Olhando detalhadamente, não encontramos em mapa algum, de todas as Subprefeituras da cidade de São Paulo, nenhuma rua com zoneamento ZPR/ZCor 1 de Tráfego Intenso, com três linhas de ônibus. Houve época em que havia oito linhas de ônibus, mais carros, caminhões e carretas.

Quando acontecem eventos na Sociedade Hípica Paulista, fica muito pior, pois caminhões e carretas que transportam cavalos... (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Alberto Milani.

O SR. ALBERTO MILANI – Boa noite a todos. Boa noite, Secretário, Vereadores, Diretor. Minha fala será rápida e não quero repetir, apenas algo que a gente tem falado. Uma contribuição que demos para Cidade que achei substantiva e que foi abraçada pela Secretaria foi a ZCor 1, que foi uma melhoria na categorização.

Agora tem um pleito que vi e achei importante falar, com uma possibilidade de correção, que é a retirada da NR 13 da ZCor 1, que é de extrema importância, porque trata-se de uma região de transição. Quando pensamos na ZCor 1 e a propusemos à Secretaria era para que funcionasse como uma transição. Então é muito importante que esse elemento urbanístico seja feito. Isso dará um grande ganho de qualidade para a Cidade e para as pessoas do entorno.

Um pleito específico, já que fizemos muitos pleitos para toda a Cidade, é de uma pequena rua chamada Rua Novo Horizonte. Inicialmente se pensou uma proposta de verticalização. Houve recuo, é uma rua minúscula, mas é importante para a ZER. De um lado ela é ZER e do outro lado vem uma proposta ZPR. Nós mesmos que propusemos a ZCor 1, que isso fosse alterado de ZPR para ZCor 1, porque ela é mais adequada para essa rua pequenininha e que, inclusive, foi recuada a proposta de verticalização por causa do tombamento e das características.

Então esse é um pleito particular. Eu represento a Associação de Moradores do Viva Pacaembu. E são bem importantes alguns zoneamentos que parecem bem pequenininhos como o pleito da Rua Estados Unidos, porque isso diminui muitos conflitos. E o mais importante aqui é diminuir os conflitos.

Por fim, quero parabenizar todas as pessoas das ZERs que vieram aqui trabalhar

voluntariamente sem nenhum ganho. Aliás, é uma desvantagem para mim a minha rua ser ZER ou ZCor 1, porque eu teria maior ganho para aluguel, mas acho que é um ganho para a Cidade a longo prazo. Então parabênizo a todos que vieram com muita força, com muita vontade, com nenhum ganho particular e só querendo essa qualificação mais adequada da Cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Quero registrar mais uma vez a presença do nobre Vereador Rubens Calvo, também Médico, que está precisando se retirar. Muito obrigado pela presença, Vereador.

Tem a palavra o Sr. Diogo da Luz.

Passo a presidência ao nobre Vereador Ricardo Nunes, da Comissão de Finanças e Orçamento.

- Assume a presidência o Sr. Ricardo Nunes.

O SR. DIOGO DA LUZ – Boa noite a todos, aos membros da Mesa, especialmente, ao Dr. Paulo Frange, que tanto tem trabalhado nesse relatório e muito vai trabalhar ainda.

Falo em nome do Movimento Ame São Paulo que defende os bairros tombados da Cidade de São Paulo. Antes de qualquer coisa quero dizer que não vejo essa disputa entre zonas residenciais e corredores – ZER contra ZCor -, acho perfeitamente respeitável que diversos pontos da Cidade mereçam seus corredores, mereçam a legalização de áreas que já são corredores, mas os bairros tombados da cidade de São Paulo têm uma característica em comum: estão muito bem equilibrados, não precisam de mais comércio, nem de mais serviço, nem de menos. Estão muito bem como estão. Ainda não fomos atendidos, mas temos certeza que seremos atendidos em breve.

Não vamos ver nenhuma rua, nenhum trecho de quarteirão que esteja degradado, precisando de mudança, de melhoria. Se alguém pede uma mudança para mais comércio, mais corredor nesses bairros, pede para o seu imóvel exclusivo querendo algum benefício próprio. Todos os moradores dos bairros tombados da Cidade estão satisfeitos com o que têm

hoje. Não querem nada mais, nada menos e esperamos ser atendidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Muito obrigado, Sr. Diogo. Tem a palavra a Sra. Maria Laura Fogaça e na sequência Sr. Wilson Mário Giroti.

A SRA. MARIA LAURA FOGAÇA – Boa noite a todos, à Mesa, sou Presidente da Associação da City Lapa. Também é um bairro tombado e quero falar um pouco da minha indignação. Estamos fazendo aprovação um pouco antes da lei e agora estamos numa audiência pública. Acho que há várias ilegalidades no andamento desse processo.

Acho também que tínhamos de fazer o plano de bairro primeiro, superpleiteado e contemplado no plano diretor. Isso é um atropelo. Não sei a quem interessa. Acho que todas as questões que estão sendo faladas aqui seriam dirimidas se tivéssemos tempo de discutir de verdade. E não fazer com que a Cidade tenha locais de interesses, jogos. Não. Teríamos de olhar a Cidade como um todo.

Foram propostas 29 Zonas de Corredor para o meu bairro que é tombado. Também não tem essa característica e concordo com a fala anterior. Há corredores que já estão caracterizados, por exemplo, a Rua Brigadeiro Gavião Peixoto é continuação da Clélia e é claro que tem de ser feito uma Zcor 1. Qualquer outro tipo de ZCor é abusiva. E a Rua Pio XI também poderia ser uma ZCor.

O restante são 27 Zonas Corredor que não nos interessa. Apresentamos várias propostas, nos reunimos com a Associação Comercial, propusemos e isso não foi acatado. Não entendemos por que, pois há um consenso tanto da sociedade quanto da Associação Comercial e isso não foi acatado.

Então lastimo. Acho que da maneira como está é imposta, claramente de interesses. Há muito jogo de interesses e discordo disso. É uma pena e quem perde é a cidade de São Paulo que poderia ter um plano muito melhor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Muito obrigado, Sra. Maria Laura Fogaça.

Tem a palavra o Sr. Wilson Mário Giroti e na sequência o Sr. Marco Antonio de Vasconcelos.

O SR. WILSON MÁRIO GIROTI – Boa noite. Minha reivindicação é simples e pequena, porque trata de um pedaço de um lado de uma rua, praticamente ocupa um quarteirão, 180 metros. No zoneamento de 2004 passou para ZCLP e hoje não há nenhum litígio entre os proprietários e deveriam saber que está sendo transferida para uma ZER, exclusivamente residencial.

Então os imóveis que estão nesse pedacinho da rua, há prédio de apartamentos, sorveteria, muitos escritórios de engenharia, arquitetura, academias, estacionamento adaptados às casas que existiam. E a nossa solicitação é para que permaneça como é, não tenha alteração. Como é lindeira de uma área residencial pode ser que consideraram como zona residencial.

— - Manifestação na plateia.

O SR. WILSON MÁRIO GIROTI – É Rua Alves Guimarães, lado ímpar, no Sumarezinho. É uma rua paralela a Capote Valente.

Era essa a reivindicação. Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Muito obrigado, Sr. Wilson. Tem a palavra o Sr. Marco Antonio de Vasconcelos, na sequência a Sra. Beatriz Torres.

O SR. MARCO ANTONIO DE VASCONCELOS – Boa noite a todos, Srs. Vereadores, Sr. Secretário, algumas coisas a gente aprende com nossos pais. Valores como honestidade, respeito, mas às vezes leva mais tempo e aprendemos outros valores com o esforço da vida. Às vezes precisa ficar órfão de pai e mãe para entender que é necessário saber lutar.

Muitas vezes pensamos que tudo está feito, construído, com escritura e aí mudam a lei. E uma das coisas que me preocupam é que aqui às vezes muda a cada 10 ou 15 anos. Então se perde a história da Cidade. E isso deixa as pessoas desorientadas, mas traz ao

mesmo tempo uma força para buscar. E o que mais me surpreendeu é que o esforço individual pode se tornar um esforço coletivo e as coisas podem ser, pelo menos, parcialmente mudadas.

Uma coisa que me causou certo espanto no uso e ocupação do solo é que não se pensou no conteúdo interno das moradias. Por exemplo, por que é necessário ter sempre edifícios com piscina. Numa crise hídrica parece ser um luxo. Pensei também, descendo a Rua da Consolação vi uma placa: a maior piscina suspensa da Cidade. Bom, se isso passou como projeto alguém se descuidou, ainda que de forma inconsciente. Não deveria ter acontecido.

Também me preocupo com a quantidade de lixo da Cidade. Talvez não sejam necessários mais lixões, o que precisa é ter lei simples e eficaz. Por exemplo, sou do tempo – tenho poucos cabelos brancos –, mas havia uma época em que o leite era embalado em vidro e você levava na padaria vazio e voltava com um cheio. Hoje, as empresas se preocupam muito mais em fazer embalagens com 120 mililitros descartáveis. Então devemos ter leis simples e eficazes para diminuir os descartáveis e assim não vamos precisar de mais lixões, porque o lixão pode ser um passaporte para o trânsito de ratos e baratas de um bairro para o outro.

Agradeço a todos, o empenho dos Vereadores, porque eu também passei noites de pesadelos. Imagino vocês aqui tendo que percorrer bairros distantes e próximos. Obrigado, mas pensem nisso, é preciso ter sempre uma sequência para que a Cidade seja próspera.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Muito bem, Sr. Marco Antonio. Tem a palavra a Sra. Beatriz Torres, na sequência Sra. Flora Bender.

A SRA. BEATRIZ TORRES – Boa noite. Ainda estou de luto. Vou começar com uma frase: a liderança deve conter sabedoria, sinceridade, humanismo, coragem e disciplina.

Coragem, Srs. Vereadores, salvem nossa Cidade da destruição nos próximos 16 anos. O eixo da Estação Vila Madalena é um pesadelo cruel. A lei 16.050/14 nos proporcionou a destruição de 100 casas e sobrados. Sabemos de mais 25 casas que foram vendidas e serão demolidas para dar lugar a espigões de 20 a 50 andares. Ridículo realmente. Sr. Haddad, preste atenção no que está fazendo no bairro referência urbana internacional, cartão postal da

Cidade.

A nova lei chegou para arrasar quarteirões. Registrado o saldo da lei sancionada por Haddad, já um fato histórico. As notícias divulgadas nos últimos dias consideraram a Vila Madalena atendida no seu pleito de redução do perímetro. Não é verdade, mas os Poderes Legislativo e Executivo não retirou todas as áreas que foram apontadas com declividades do mapa. Por exemplo, o quadrilátero descrito no plano regional de 2004, entre a Rua Agissê, João Moura, Iperó e Luminárias. Outro exemplo, a Rua Senador César Lacerda, Vergueiro, inviáveis para espigões. Áreas apontadas de declividade. Eram para ser retiradas do mapa. Não foram. Queremos a redução do perímetro tirando as áreas de declividade.

Havia na Vila Madalena um grande erro anunciado. Superanunciado, Sr. Fernando de Mello, com permissividade para comércio de grande porte, desconsiderando o grande número de residenciais que ali se encontram. Pedimos que aceitem nossa proposta de redução do perímetro e que façam uma zona de transição modulada com coeficiente um, sendo uma ZPR, já que a Zona Mista 1 saiu do cardápio. Pedimos ZPEC para o Beco do Batman, uma área supervisitada pelo Brasil inteiro e internacionalmente. Prestem atenção, salvem o Beco do Batman dos prédios que estão ali para serem construídos. O zoneamento proposta para todas as vilas não condiz com o seu atual uso consolidado. O Plano Diretor está impondo tipos de uso que trarão enormes e combativos conflitos de uso. Não se faz um bom planejamento urbano sem se escutar os moradores. Salvem também o Parque dos Búfalos. Obrigada. Bravos guerreiros, parabéns para todos que estão aqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Tem a palavra a Sra. Flora Bender.

A SRA. FLORA BENDER – Boa noite. Eu moro na Previdência, antiga Cidade Ademar. Vocês devem ter visto todo mundo de verde, nunca sai tão fantasiada de pamonha, mas isso é a nossa novidade. Dirijo-me à Mesa e ao público e digo que infelizmente no momento a Previdência nem implora e nem agradece. Não temos o que agradecer. Há um ano o Sr. Fernando de Mello disse que se não houvesse interesse para a Cidade nada seria

mexido, desde que houvesse a anuência da população. Somos 400 pequenas casas, o terreno é grande, as casas não, bem classe média, somos um bairro verde, nós temos quase 100% de anuência e não tivemos contemplado o que nós pedimos. Estávamos, como diria o poeta, quietos no nosso canto e mexeram conosco. Nós não pedimos nada, só pedimos para não mexer com a gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra a Sra. Maria Auxiliadora Lopes.

A SRA. MARIA AUXILIADORA LOPES – Boa noite a todos, boa noite à Mesa, ao Secretário. Eu queria ressaltar uma coisa que é a seguinte, tem aqueles que veem de forma diferente, mas veja bem, o PL 272 é o resultado de inúmeras audiências que o Poder Executivo, através da Secretaria, da SMDU fez. Veja bem, onde teve oficinas, onde ouvi aquilo que nós defendemos escrito lá na proposta. Então eu vi que realmente a participação popular tem eco, é vida, é traduzida na lei, nas propostas. Então, veja só, tem pessoas que dizem: “Tem que ter mais participação”. E veja bem, tudo isso está em conformidade com o Estatuto da Cidade, seguido ali à risca. Eu sou uma pessoa que sempre defendeu a vida toda e vou morrer defendendo que o que faz transformação de verdade é a sociedade organizada, é a participação democrática. Veja bem, não podemos esquecer, tudo isso é fruto do trabalho, de uma participação exaustiva daqueles, cada um defendendo as suas teses, as suas ideias. Evidente que nem sempre às vezes é possível que as intenções de todos sejam agasalhadas, porque a Cidade é grande e os conflitos são muitos.

Vou dizer mais, eu vi a intenção sincera e verdadeira do pessoal técnico, da Administração, desta Casa, de querer buscar o acerto, o melhor para a Cidade. (Palmas) Vi esse espírito de sinceridade.

Houve dias de eu chegar nesta Casa, aos sábados, o Vereador Paulo Frange estava trabalhando. Estão pensando que é mole elaborar tudo isso? (Palmas) Trabalhar tudo isso? Tudo bem que há toda uma assessoria técnica, mas isso precisa ser valorizado. A gente

não tem que desdenhar do trabalho dos outros. Tudo isso é fruto da nossa participação.

Nós que somos sociedade civil, fomos achincalhados ontem aqui. Perguntaram se nós não tínhamos o que fazer, se a gente não trabalhava. (Palmas) Quero dizer que nós não somos vagabundos não, nós somos contribuintes desta cidade. Acho que o Vereador Andrea Matarazzo deve se retratar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Obrigado pela participação.

A SRA. MARIA AUXILIADORA LOPES – Ele lançou uma ofensa a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Obrigado.

A Sra. Ângela Kayatt Rabay, em seguida o Sr. José Nicolau.

A SRA. ÂNGELA KAYATT RABAY – Boa noite a todos. Sou Presidente da Associação dos Moradores, Comerciantes e Profissionais Liberais do Planalto Paulista. Nós estamos nesta luta desde 1984, por isso não admitimos que a imprensa venha jogar no lixo todo o nosso trabalho, dizendo que o Prefeito Haddad vai ter sua casa mudada e vai ser beneficiado pela Lei do Zoneamento. Nós nem sabíamos que ele tinha casa no bairro. Eu nem sabia que ele chegou a morar no Planalto Paulista.

Nós estamos lutando o que é de direito e de fato, porque nós tínhamos na Rua Afonso Mariano Fagundes e avenidas Ceci, Miruna, Indianópolis, como uso misto, desde quando foi fundado o bairro em 1940-1950. Estou lá há 55 anos, aceito e quero respeito a minha dignidade como cidadã paulistana.

Ontem fui ofendida, como a Dora falou, porque eu sou administradora de empresas, advogada, contadora e comerciante. (Palmas) Pago meus impostos. Estou deixando de trabalhar e de fazer a minha parte profissional para estar aqui como cidadã paulistana, participando das audiências públicas do novo zoneamento, uso e ocupação de solo do meu Município de São Paulo, porque nasci, cresci e vivi aqui. Vou morrer aqui e vão me aguentar até eu morrer.

Não admito que me xinguem de vagabunda. Vagabundo é o funcionário que recebe

salário e não trabalha. Esse sim é vagabundo. (Palmas)

Agradeço aos que participaram de todas as audiências públicas e de todas as oficinas. São mais de dois anos que estamos trabalhando diária, semanal e mensalmente, não ganhamos nem um sanduíche de mortadela, nem um guaraná, nem condução paga com dinheiro público. (Palmas) Cada um paga a sua conta, do seu trabalho. (Palmas)

Por isso, todos nós, quem defende zona estritamente residencial, residencial com comércio, comércio, zonas de lixão, zonas de mananciais, vamos ser respeitados por todos os Srs. Vereadores desta Casa. Aqui não é lugar de fazer campanha política municipal antecipada, campanha política municipal é para o ano que vem. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Obrigado Ângela.

Tem a palavra o Sr. José Nicolau, na sequência o Sr. Roberto Miranda.

O SR. JOSÉ NICOLAU – Boa noite a todos. Onde estão os Vereadores? Estou vendo só quatro. Venho em nome de 140 comerciantes do bairro do Planalto Paulista, dentre eles, os profissionais liberais são 60%, que trabalham de portas fechadas, porque não podem até agora trabalhar com as portas abertas.

Vou falar em transformações. Preste atenção: transformação será uma palavra dita do no futuro. Afinal, estamos aqui para isso: transformações.

Como diz o pessoal da Avenida Morumbi, nós vivemos na Avenida Ceci, onde eu moro chama-se cinco esquinas. Tenho mais duas propriedades no bairro, sou advogado e comerciante. As minhas duas propriedades estão alugadas para residência, onde eu moro não consigo alugar nem para residência, nem para comércio. Moro lá porque para comércio não pode, é proibido; residência, ninguém quer morar lá porque é movimentado, param carros o dia inteiro, porque tem uma padaria na porta. (Palmas)

O bairro onde eu moro é cercado por quatro avenidas: Bandeirantes, Moreira Guimarães - que é a 23 de Maio -, Jabaquara e Indianópolis. Se o ladrão for roubar lá, hoje em dia está superbem policiado, mas tem ladrão assim mesmo. Ocorre que tem fuga para qualquer

lado. A polícia vai ali e o ladrão já fugiu para o outro lado.

Onde eu estou tem muito movimento, não sei se os senhores conhecem, se já passaram lá, já tinha participado de outras audiências, ninguém foi lá em casa perguntar alguma coisa.

Assim como está não dá mais para ficar. Há setores altamente movimentados e áreas, formando grandes congestionamentos de carros, por muitas horas. Não podendo haver comércio, por isso peço que nos quatro quarteirões, próximo a essa padaria, uma boa área da Avenida Ceci. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Muito bom. Obrigado Sr. José Nicolau.

Tem a palavra o Sr. Roberto Miranda, na sequência o Sr. Luca Bertolino.

O SR. ROBERTO MIRANDA – Boa noite Secretário Fernando de Mello Franco, Vereador Frange, Daniel Montandon. O meu é o Movimento Ame Seu Bairro, que defende as ZERs tombadas. Ao longo dos últimos meses temos trabalhado intensamente com a Regina Monteiro, com o Dr. Marcelo Manhães e o pulso público na montagem de propostas que foram todas apresentadas a esta Casa, durante a discussão do PL.

Hoje eu queria apresentar um estudo que fizemos comparando o PL 272 original, com o substitutivo aprovado em primeira votação hoje. Antes de tudo, nós analisamos basicamente o texto aprovado, em comparação com o original e as tabelas dele. Não entramos em consideração com relação aos mapas. Nós classificamos as mudanças em três pontos positivos que preservam o atual zoneamento das ZERs negativo, que flexibilizam o uso ou a ocupação e indiferentes, que não tem impacto nesses dois sentidos. Dessa maneira, nós chegamos às seguintes conclusões, lembrando que é sempre tabela e texto principal. De positivo, e agradecemos essas mudanças positivas, foram as restrições ainda um pouco limitadas de algumas atividades e a redução da taxa de ocupação de 70% para 50%. Negativos de mudanças que tiveram. Nós chegamos a 21 alterações nas tabelas. Incluindo, por exemplo, a permissão de emissão de gases agora nas zonas corredores e nas ZERs que é

algo que não tinha antes. Indiferentes, daí tem uma série de regularizações, por exemplo, que foram feitas ao longo desse substitutivo. Quando a gente analisa o texto, nós chegamos em seis alterações consideradas positivas para as ZERs, 13 alterações que possuem um impacto negativo para as nossas regiões e 9 que não têm um impacto de uso e ocupação do solo positivo ou negativo. No total nós chegamos a 62 alterações no texto e nos quadros, lembrando que nós não analisamos os mapas. Dessas 12 são positivas, 43 negativas e 16 consideradas como indiferentes. Esse é um estudo que a gente gostaria de apresentar, nós temos uma base sólida a Regina nos ajudou bastante na elaboração e na análise dele. O nosso pleito é justamente na questão dos usos, é não ampliar os usos nessas áreas de ZER em geral e especialmente nas áreas tombadas. Principalmente aqueles que nós consideramos os mais agressivos, como, por exemplo, restaurantes e locais de eventos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Luca Bertolino.

O SR. LUCA BERTOLINO – Boa noite a todos. Moro no Planalto Paulista. Venho participando das audiências públicas para melhoria do meu bairro onde eu moro e continuo ajudando de várias formas, relatando o que vejo de errado no meu bairro e nas outras regiões, dando ideias que possam ajudar esse problema que é tão antigo, o zoneamento de São Paulo.

Eu, com a pouca experiência de vida que tenho, sei que as pessoas um dia vão envelhecer, e precisamos melhorar os nossos bairros, dando mais qualidade de vida a todos, facilitando a vida de nossos jovens, idosos e moradores. Proporcionando a eles um menor deslocamento possível e não esquecendo que um da todo idoso também foi jovem. Eu como jovem quero ajudar a melhorar isso. Mas, querer manter a força impondo uma única vontade sem ver ao redor, existem vários cidadãos pedindo a mudança. Isto é egoísmo e autoritarismo, pois vivemos num país democrático. Ninguém é dono do bairro. Nós como munícipes que pagamos os nossos impostos temos o direito de pedir e cobrar das autoridades as alterações necessárias para a lei de zoneamento, que vai beneficiar a todos.

Hoje é dia de libertarem essas correntes, Srs. Vereadores, que travam essa cidade.

Vamos mudar agora, vamos criar mais empregos, mais vida nos bairros. Com mais ZECORs tudo ficará melhor. Estou lutando pela melhoria da rua onde eu moro, a Av. Afonso Mariano Fagundes. Os que querem melhorar sua rua que o façam apenas por ela e não pela dos outros. Lembrando que o bairro é de todos e não de um único indivíduo. Gostaria de agradecer a todos os Vereadores que estão trabalhando arduamente em cima desse projeto, dedicando horas de trabalho e não medindo esforços em fazê-lo. A mudança é hoje, não podemos esperar mais. Eu quero (palavras ininteligíveis) na minha ZECOR.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra a Sra. Ana Paula Castro.

A SRA. ANA PAULA CASTRO – Boa noite a todos. A mesa tem demonstrado transparência nesse trabalho, os Vereadores que desceram e que já poderiam estar em suas casas e estão aqui conosco com o mesmo cansaço que vivemos aqui durante esse dia todo e ontem. Quero agradecer porque a minha Rua Afonso Mariano Fagundes, é uma rua que antigamente era comercial, como venho desde o início falando para vocês. Eu não estou tirando nada de ninguém, eu estou querendo de volta algo que nos foi tirado, aliás, essa foi a minha primeira fala desde o primeiro dia que pisei aqui. Por que eu questioneei? Se era uma rua comercial e ela tem uma característica, tanto que ela é uma rua de interligação, uma rua que possui um tráfego imenso. O que aconteceu? O bairro todo foi mexido, então, Indianópolis, a Ceci, foram ruas que foram realmente muito prejudicadas. Quem vive na ZER, realmente vive, mas eu não vivo numa ZER, gente. Se eu estou pedindo uma mudança de algo, que eu estou lutando desde 1998, como a presidente da minha associação aqui representou muito bem a sua fala. Nós realmente estamos lutando e esse trabalho que a gente vem acompanhando há dois anos, a gente tem conseguido demonstrar para os moradores que estão, tanto que eu tenho 70% da assinatura da minha rua pedindo essa mudança porque a rua existe como um todo. Nós não podemos entender que essa rua é só um trecho, existem muitos imóveis que foram construídos para serem o começo. Então, como você vai fazer com aquele imóvel? E a população que está ali não quer mais ficar. Isso dá oportunidade para que tenhamos escritórios

trabalhando clandestinamente. A gente está pedindo o mínimo. Eu não quero de volta uma zona mista que tive, eu quero só uma ZECOR 1. Nós não estamos querendo atrapalhar nada. E parar de falar que somos uma ZER maravilhosa. Gente, se fôssemos uma ZER maravilhosa, eu sairia de lá para não brigar com os outros, mas na verdade, não aconteceu isso. Aconteceu que hoje nós somos o bairro onde somos conhecidos pela prostituição. Será que não precisamos olhar isso com carinho? A prostituição do bairro entrou porque a oportunidade dos imóveis abandonados e degradados foi exatamente um ninho para esse povo estar lá. Vocês entendem isso?

Então, eu não quero prejudicar, até hoje eu conversei aqui com o Hélio, muito gentil, que é da Associação da Saap (?), é um cavalheiro, um lord perto do que tenho visto por aí. Quero só demonstrar que não estou tirando de vocês nada. Eu quero de volta algo que nos foi tirado. Nós não estamos vivendo bem assim. Vocês estão vivendo bem no meio daquela violência, com a prostituição?

Obrigada e peço pela extensão da Ceci. Não é justo que tenhamos um pedaço contemplado. Vamos estender a Ceci.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra a Sr. José Paulo dos Santos.

O SR. JOSÉ PAULO DOS SANTOS – Boa noite a todos, Vereador Paulo frange, que nos atendeu na semana passada, numa reunião na qual abordamos alguns interesses das comunidades da região sul. Com relação a uma reivindicação nossa de atendimento d alteração da ZEPAN da rua Dr. Armando da Silva Prado, no Jardim Bélgica. Eu gostaria que os Srs. dissessem se isso já foi contemplado nesse breve período. Segundo. Por que? Porque um imóvel foi comprado e objetivo principal de transformar em restaurante numa zona que tem ZER do outro lado. Então, eu gostaria que fosse esclarecido isso, mas eu estou aqui também, não só como cidadão, mas sou conselheiro participativo, diretor da associação dos moradores da Vila Anhanguera. A minha responsabilidade é muito grande porque nós representamos uma

população em torno de 140 mil pessoas. Infelizmente, só estou eu e a Maria do Carmo aqui presente defendendo toda essa região. Então, eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que o que estamos enfrentando hoje, quando vemos um prefeito de uma cidade como São Paulo, cuja população é maior do que inúmeros países da Europa pretender, através do PL 272/15, desrespeitar o primeiro lugar os direitos dos cidadãos contidos na Constituição.

Em segundo lugar, os direitos consagrados no Estatuto das Cidades. Em terceiro, o próprio PDE, que deveria ordenar o crescimento e o desenvolvimento da cidade para um novo período. Por último, o ato perfeito e acabado que está nas escrituras públicas lavradas há muitos anos. Alguns poucos legisladores que estão apoiando essa temeridade, nos leva a repensar todas as nossas ações futuras. Mesmo porque contraria todos os direitos citados anteriormente e os estudos atuais realizados por institutos de pesquisas e cientistas renomados, bem como pelo definido na COP 21, que acordou pela redução do aquecimento global esses senhores representando interesses contrários aos dos cidadãos insistem em querer aprovar a destruição das ZERs da forma como foi proposta. Desrespeitam a legislação vigente, necessário se faz analisar caso a caso as alterações pretendidas com mais profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Cássio Romano.

O SR. CÁSSIO ROMANO – Represento o movimento ZR legal e a Associação Pró-Campo Belo. Estou aqui para cumprimentar a Câmara Municipal e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano pela elaboração e desenvolvimento do PL 272/15. E reitero que somos e continuamos a favor da mudança para zona mista dos quarteirões compreendidos entre a Rua Dr. Jesuino Maciel, Av. Bandeirantes, Rua Comendador Eduardo Saccab e Vereador José Diniz, como está previsto no PL. Continuamos aguardando a votação final do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra a Sra. Francini Lazaretti.

A SRA. FRANCINI LAZARETTI – Boa noite a todos. Agradeço, pois

proporcionaram à cidade um processo participativo em que a população teve interesse, teve ampla abertura para expor seus pleitos. Lamento, no entanto, que por vezes tangida pela desinformação e pela má compreensão dos usos algumas pessoas. Entendo como urbanista que a cidade é dinâmica e que temos de vislumbrar sempre esse avanço permitindo que a Cidade se desenvolva e cresça de forma a atender as demandas e necessidades de cada região. Nossa demanda foi levada à CMDU pela própria subprefeitura, foi analisada e incluída no PL. Veio da Câmara, e foi reanalisada e se manteve, demonstrando a legitimidade da causa. Há anos atrás, nós, moradores do Jardim Marajoara, fizemos uma opção. Para proteger o miolo de nosso bairro, sacrificamos a borda, onde existe muito fluxo de veículos. Agora é chegada a hora de devolver a esses imóveis que já sofrem há tantos anos as condições de uso.

Gostaria de deixar um agradecimento em nome dos moradores da borda do Jardim Marajoara, muitos aqui presentes.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra a Sra. Suely Alonso.

A SRA. SUELY ALONSO – Boa noite a todos. Meu nome é Suely Alonso, sou arquiteta e urbanista, e hoje eu vim fazer uma pergunta.

A quem interessa barrar a votação da Lei de Zoneamento?

Em agosto de 2014 se iniciou a revisão do zoneamento, que, na fase do Executivo, contou com mais de oito mil participantes e mais de sete mil propostas. Na fase do legislativo, foram feitas 46, hoje 47 audiências, e cerca de 3 mil propostas, com ampla divulgação nas mídias. Agora, um ano e quatro meses depois do início da revisão do zoneamento, e dois anos e oito meses depois do início do processo de revisão do marco regulatório, estamos acompanhando a eminente votação da Lei de Zoneamento da cidade de São Paulo.

A lei está perfeita? Com certeza, não. Tem virtudes e defeitos. Mas nenhuma lei isoladamente consegue ser perfeita, sendo necessária uma discussão permanente de cidade.

Mas ninguém pode negar que avançamos muito no processo democrático e participativo.

Todas as propostas ficaram disponíveis, os mapas em .kmz, a clareza dos motivos e da aceitação ou não das propostas da sociedade. Mas não se pode agradar a todos, porque a cidade é uma só, e as vontades são muitas para o mesmo território.

O que deve pesar nessa difícil equação é o bem da cidade, e não os interesses particulares, e aqui não entro no mérito de específicas que, sim, podem ter sido pontualmente demarcadas erroneamente como uma zona ou outra e precisam ser corrigidas.

Falo do conceito de uma lei de zoneamento para uma cidade de 12 milhões de habitantes. Em uma cidade de 12 milhões de habitantes, 10 mil propostas é muito pouco? Sim, eu acho. E também acho que ainda não atingimos o conceito de lei que deveríamos, mas não isso não mudará com a prorrogação de mais seis meses ou um ano de discussões, isso mudará quando houver a cultura de participação da sociedade. (Palmas) Quando os arquitetos, urbanistas e técnicos participarem mais, defendendo seus ideais, e não comercializando suas convicções. Quando, nas 46 audiências públicas da lei mais importante para a cidade, faltarem cadeiras para os 55 Vereadores, que estarão de olhos e ouvidos bem abertos para entenderem as demandas do conjunto da cidade, e não para as demandas do bairro onde recebem votos. Aí, sim, começaremos a mudar de fato. (Palmas)

Volto para a pergunta oficial: a quem interessa barrar a votação da Lei de Zoneamento, sob a alegação de que faltaram discussões?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Muito bem. Agradeço.

Tem a palavra o Sr. Hélio Higushi.

O SR. HÉLIO HIGUSHI – Boa noite. Eu sou membro da Sociedade Amigos do Planalto Paulista, uma entidade de bairro oficialmente criada e legalizada.

Eu represento os moradores do Planalto Paulista que desejam que ela continue como ZER. E recentemente houve mudanças na proposta votada hoje, transformando novas avenidas como ZCor – é a Av. Ceci e a Av. Afonso Mariano Fagundes.

Queria, antes de mais nada, explicar alguns esclarecimentos sobre o bairro.

Primeiro: não é verdade que o Planalto Paulista era zona mista, ela é Z1 desde 1972, 43 anos. E, desde que eu nasci, em 1953, eu conheço aquele bairro, tendo morado em várias casas naquele bairro.

Um dos argumentos é o de que o comércio iria diminuir a prostituição, e isso não é verdade. Vou explicar por quê. Hoje, os imóveis utilizados de forma clandestina por escritórios, quando chega as 19h, chegam, apagam as luzes, e daí as prostitutas se instalam na porta.

O local do bairro onde tem o maior número de prostitutas por centímetro quadrado é Bradesco, um banco na Av. Indianópolis. E por quê? Porque o banco apaga as luzes e vai embora. Então o comércio resolver a prostituição? Não vai resolver, não.

Outro argumento é o trânsito. Agora pergunto: quem é que fez com que o bairro enchesse de automóvel? A própria CET. Porque a política da CET é desafogar o trânsito e enfiar onde for os carros. Não é só a Ceci, não é só a Miruna, é o Planalto inteiro. Então a política urbana faz isso.

A Sociedade Amigos do Planalto Paulista entregou um projeto de *traffic calming*, há uns quatro anos, que foi ignorado pela CET, porque a ela não interessa, quer mais é que joguem carro nos bairros. Dizer que a Afonso Mariano Fagundes é uma área comercial.

Nós contamos, esses dias, menos de 12 comércios abertos naquela rua, em toda a sua extensão. Pode ser que tenham vários imóveis com comércio clandestino, isso não tem placa, não tem nada, mas achamos um exagero transformar uma avenida como essa. E achamos estranho que o próprio Prefeito tem uma casa recém reformada na rua. É muito estranho. Não estou acusando ninguém. Mas o nosso bairro não precisa de mais ZCor. Já tem a Indianópolis, tem a Bandeirantes, tem a Moreira Guimarães, tem a Av. Jabaquara. Ela não precisa mais. E o comércio, os consultórios médicos, todos eles, podem se mudar para a Indianópolis. De imóvel vago está cheio, basta abaixarem o aluguel, coisa que os donos não querem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Airton.

O SR. AIRTON – Boa noite. Meu nome é Airton, sou do Cades da Subprefeitura do Butantã.

Sr. Presidente, eu compareço a esta sessão para chamar a atenção para o fato de que está sendo cometido algum equívoco na destinação de uma área verde que fica no eixo da Rua Diogo Gomes Carneiro, onde fica o Jardim Batalha, perto do Cemitério Israelita, na Zona Oeste, Butantã. Eu falo equívoco, penso que é um equívoco, porque está sendo tratada como uma zona mista ambiental. Na verdade, é uma Zepam, uma zona de preservação ambiental. Eu estou tirando essa verdade de um documento, a Lei 13.885, de 2004, que nada mais é que a atual Lei de Uso e Ocupação de Solo. Então a atual lei reconhece essa área verde do Jardim Batalha como área de preservação ambiental pura, típica. Então estamos pleiteando que ela seja mantida como Zepam, e não haja um retrocesso, transformando-a numa área mista.

Por que Zepam? Por dois motivos. Lá nasce um rio cristalino, o Córrego Jacarezinho. E a Subprefeitura do Butantã fez um projeto, que já foi aceito, para transformar num córrego linear. Segundo: lá é uma mata virgem, de São Paulo antiga. Quem for lá vai ver a mata tradicional de São Paulo antiga, com fauna, canto de pássaros. Então queremos manter essa área verde do Jardim Batalha como área Zepam. Por favor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra a Sra. Maria Bonafé.

A SRA. MARIA BONAFÉ – Boa noite. Agradeço a todos.

Vou falar pela Vila Jataí. É uma demanda do Alto de Pinheiros em relação à rua Cerro Corá, porque ela está grafada como centralidade, e é uma região extremamente frágil, com muitas nascentes. Então, se houver uma possibilidade de privilegiar essas áreas de nascente de alta declividade de alguma forma, seria interessante, porque a Cerro Corá é uma avenida que, se adensar, vai estragar inclusive a vista que se tem dela. Então não sei qual seria a possibilidade de se fazer alguma coisa por essas áreas frágeis.

A segunda coisa, que é uma demanda das pessoas do bairro, é o pequeno comércio. Em vez de lugares de até 100 pessoas e até 500 m², em alguns momentos, reduzir esse número para 20 pessoas, 40 pessoas, 250m², para que esses lugares com pequenos comércios possam existir dentro do bairro. Então a ideia é que se coloque algumas emendas que possibilitem, em alguns lugares, a existência de um comércio de menor porte do que quele previsto nas NR1s.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Sérgio Reze.

O SR. SÉRGIO REZE – Boa noite a todos – Srs. Vereadores, Sr. Secretário, Fernando e Daniel.

Eu fui eleito conselheiro municipal de política urbana no segmento dos bairros, e tenho tentado externalizar, nesses últimos anos que eu tenho vindo aqui, desde a discussão do Plano Diretor, algumas questões olhando para o todo. E hoje eu vou tentar fazer isso de novo, muito embora isso abarque também o meu bairro.

No Plano Diretor, as zonas residenciais foram consideradas territórios de preservação. Tem artigo que diz, o 33, o que se deve ter dentro da ZER – Zona Exclusivamente Residencial. Nós temos, no Quatro 4 da proposta, cinco ou seis usos não residenciais dentro da ZER. Gente, não é possível manter usos não residenciais, contrariando o conceito do que está no Plano Diretor.

Outra coisa: se as ZERs tem que ser preservadas, o que nós estamos vendo com três tipos de zona corredor não é adequado para uma cidade do nosso tamanho. Essas zonas corredores, do jeito que vão ser implantadas, vão causar, sim, uma feito de degradação das ZERs no curto e no médio prazo, muito embora muitas pessoas aqui hoje tenham externalizado que foram atendidas – vão poder alugar o seu imóvel, vão poder resolver sua vida, vender seu imóvel. Mas quem ficar na rua detrás, no muro detrás, vai perecer. Esse é um efeito que vai acontecer. (Palmas)

Hoje é uma autorização devolutiva, mas nós não tivemos devolução, hoje, do porquê do não atendimento ou atendimento dos pleitos. E um colega do Ame o Seu Bairro mostrou muito bem que ele fez o papel que o Governo deveria estar fazendo, que é trazer a devolutiva. Ele mostrou que a grande maioria dos pleitos atendidos foram dos corredores comerciais, e não das ZERs.

Gente, qual vai ser o resultado disso? Nós não vamos pacificar a cidade. É a política ou eu ganho ou você ganha, e isso vai perpetuar um conflito que já acontece há muito tempo. Olha, 34% dos questionamentos, não é, Vereador Paulo, foram em relação às áreas ZCor, um território tão pequeno na cidade.

Qual o pedido, a sugestão que vou fazer como conselheiro de política urbana: aproveitem esse espaço entre a primeira e a segunda; criem um mecanismo na lei para que as zonas corredores, comerciantes e os ZERs consigam conversar e tratar bairro a bairro, dentro de uma limitação, é claro. Isso vai pacificar e vai coroar o plano de zoneamento de vocês, e vai resolver uma questão que vai ficar aberto se isso não for feito.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. José Tadeu Brás.

O SR. JOSÉ TADEU BRÁS – Boa noite. Eu vim representar o trecho da Hugo Carotini e Domingos Barbieri, que são três quadras que estão praticamente frontais à Rodovia Raposo Tavares, à Hugo Carotini. E lá nós fomos entregar um abaixo-assinado com 99% das pessoas, cuja face representa uma porcentagem que não vou discutir aqui.

Primeiramente, gostaria de contar com a benevolência de todos vocês.

Todo mundo quer ser feliz. A Hugo Carotini está educando há 25 anos; tem escola, tem escritórios, tem restaurantes de baixa densidade, não tem nada fora de padrão. Na Hugo Carotini tem empregos.

Veja bem, gente, toda essa discussão, essa discórdia, primeiro foi porque a cidade de São Paulo começou com o planejamento através da CET, hierarquizando o sistema viário

da cidade de São Paulo e definindo quais seriam as vias coletoras. A Hugo Carotini e a Domingos Barbieri é uma coletora. Quem fez o planejamento da cidade, infelizmente, foi a CET; segundo, foi a Sulamérica, a rádio, dizendo para os motoristas como é que eles fazem para percolar os bairros para atingir os seus objetivos; terceiro, o Waze. Então toda essa discórdia, muitas vezes, está vindo de outros fatores da sociedade.

Eu sou um especialista em segurança de tráfego e de construção de ruas. Eu preciso falar isso porque é importante.

Uma das ruas que eu construí, a Rua Avanhandava, está há 12 anos sem nenhuma ocorrência policial. A rua Canuto do Val também eu criei, a Barão de Piracicaba, a nova, criei várias ruas na divisa da Estados Unidos inteiro com o México. E toda esse comércio colocado, desde que não agrida, funciona como os novos pares de olhos observando a cidade. (Palmas)

Temos o pessoal do comércio que tem as motos de entregas. Eles funcionam como uma espécie de cinturão de segurança. Temos que ter a convivência entre nós de uma forma coesa, porque temos empregados, e nós não perturbamos, podemos ter uma solução que atenda todo mundo. Eu, inclusive, sou morador. Moro na primeira rua, praticamente. E vem coisa pior por aí que a cidade não vai controlar, que é a CCR tomando aquela concessão. Vocês não sabem, mas aquela frontal, quem estiver vivo verá.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra a Sra. Catarina de Lourdes.

A SRA. CATARINA DE LOURDES – Boa noite a todos os presentes, boa noite à Mesa. Estou aqui como representante da Associação dos Moradores do Parque Anhanguera, que, juntamente com a Vila Jaguará, tem travado uma luta insana há dois anos contra a instalação de um transbordo de lixo na nossa região, praticamente na porta da minha casa.

Tudo o que eu quero hoje, nesse momento, é agradecer a todos os Vereadores presentes à Mesa, aos Vereadores que não estão aqui, mas que hoje participaram de uma votação unânime a nosso favor e contra a instalação do lixão. Quero agradecer a todos vocês

que nos apoiaram esse tempo todo, porque é uma questão, no nosso caso, de sobrevivência, porque vai tirar todo o nosso sossego.

Muito obrigada. É tudo o que eu tenho a dizer a vocês hoje. Agradeço de coração, eu e a comunidade onde vivo. Muito obrigada mesmo. Vocês hoje nos deram um enorme presente de Natal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra a Sra. Solange Mileides.

A SRA. SOLANGE MILEIDES – Boa noite a todos, boa noite aos Srs. Vereadores.

Quero começar agradecendo ao Sr. Relator, Vereador Paulo Frange, por ter acatado algumas demandas da Sociedade Amigos da Cidade Jardim, que representa os seus moradores. E, embora ausente, quero agradecer também ao Vereador Nelo Rodolfo, que acabou fazendo algumas emendas que foram aprovadas pelos Vereadores. Também agradeço aos Vereadores que votaram a favor dessas emendas, em favor, naturalmente, dos moradores do bairro. Porém ainda temos alguns pleitos, como é do conhecimento do Relator Paulo Frange, que não foram atendidos. Mas gostaria de reforça-los, para que sejam discutidos e viabilizados.

Refiro-me à transformação da Rua Magnólias e Begônias em ZER. Quanto à parte da Av. Morumbi, também o Vereador Paulo Frange tem conhecimento da proposta que entregamos e do trecho da Avenida Morumbi que pedimos para ser transformada em ZER. Também questionamos a transformação da Av. Oscar Americano em uma ZCor, pois gostaríamos que ela fosse uma ZER.

Obrigada a todos. Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Manuel Lage.

O SR. MANUEL LAGE – Boa noite a todos. Meu nome é Manuel, eu sou do Brooklin Velho, da Sabrov, e aqui represento este bairro.

Não precisa nem dizer o que nós já dissemos várias vezes: a ZER representa menos de 4% da área do município. E como todos sabem, a gente já falou, são áreas de

parques, que servem para preservação do aquífero, contribuição para o pulmão verde, para a área de equilíbrio de temperatura e assim por diante.

O nosso bairro, o Brooklin Velho, é um parque pronto, e, portanto, não necessita de nenhum investimento público para se tornar um parque. Hoje, o Prefeito luta para transformar vias, ruas, pela cidade, em parque, e nós já temos esse parque. E agora estamos sendo contemplados, em todo o nosso entorno, por uma ZCor 3, que vai, obviamente, descaracterizar esse bairro em curtíssimo espaço de tempo. O quadrilátero do nosso bairro é formado pela Av. Vereador José Diniz, Washington Luís, Vicente Rao e a Roberto Marinho, a Água Espreiada. Então são pequenos trechos, e isso precisa ser revisto. O nosso pleito é para que passe de ZCor 3 para ZCor1, com restrições, conforme já foi apontado, porque a própria ZCor 1 já tem problemas.

Queria lembrar a todos que nós já temos comércio no bairro, nós não precisamos de mais comércio. O Brooklin tem uma área comercial, então eu não preciso sair da minha casa e andar dois, três, quatro... eu ando três quadras e estou na quadra comercial.

Daniel, já tivemos a oportunidade de falar isso pessoalmente: quando se fala em ZCor 3, eu fico assustado, e desafio qualquer um aqui nesta sala a falar: “Eu não quero a ZCor 1, eu quero a ZCor 2 etc.” Vejam como estão escritos aqui os usos permitidos: “Comércio diversificado de âmbito local”, “de apoio ao uso residencial”, “de hospedagem e moradia”, numa ZCor 3. Eu fico assustado. “Áreas com 1,5 mil metros quadrados para armazenamento”, “estabelecimentos de ensino seriado”, “estabelecimentos de ensino não seriado”, “áreas para reuniões e eventos”.

Espero que isso seja revisto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Muito obrigado, Manuel. Próximo orador, Paulo dos Santos.

O SR. PAULO DOS SANTOS – Boa noite. Eu queria chamar a atenção para a visão que o Vereador Paulo Frange tem. Ele uma visão holística dos problemas da Cidade.

Olha, Vereador, não vou ficar assustado se o senhor for chamado para dar aula em uma cátedra de urbanismo. Talvez vá se inaugurar a Medicina Urbanística. Parabéns pelo trabalho que você vem fazendo.

Quero alertar que, do meu bairro, ainda não foi atendido nenhum dos pleitos que eu fiz. Segunda-feira será a vez das zonas industriais. Mas estou feliz com o processo; e principalmente nós estamos de parabéns, pois não se trata mais de ser um plano da Prefeitura ou do Prefeito ou dos Vereadores; o Plano é da Cidade, que está se levantando. (Palmas) Nós não temos que ficar aqui buscando um conflito com um e com outro; cada um vem aqui defende seus pleitos. Vamos fazer isso com civilidade. Eu já tive um probleminha com a Marta, mas nós já nos acertamos. Estamos brigando é pela Cidade; então, não vamos ficar com pendências. Desculpe, Marta, qualquer palavra mais ríspida minha a você. Peço desculpas a você.

Quero lembrar que o meu bairro, nos anos 80, tinha cerca de 45 mil habitantes. Aí, a especulação imobiliária jogou as pessoas para áreas de Zepam, que eram áreas de preservação. Acabaram-se as áreas de preservação, hoje há submoradias nesses locais, com 350 mil moradores e 8,5 mil empregos. Temos que reverter isso. E com todas as zonas industriais que estamos propondo, ainda vamos ter 40% de Zepam. Por isso é que está aí: “mais indústria, mais empregos para Perus, com proteção ambiental”. Não é qualquer indústria, mas é porque nós precisamos. Não dá para ficar lotando os trens para vir trabalhar nos outros lugares. Eu já disse aqui que a Linha 7 - Rubi é a pior, a que tem maior índice de estupros, de assédio sexual às mulheres. Ela quebra toda semana. O Vereador comentou outro dia sobre o metrô ser mais lento do que a lesma; a Linha 7 - Rubi, então, nem se fala!

Então, precisamos dessas transformações. Não estamos aqui por acaso nem trazendo questões que nos trarão incomodidade. O que essas transformações trarão é felicidade, porque vamos morar mais perto do trabalho, teremos mais tempo para nossa família, para chegarmos em casa e darmos um beijo nos filhos, dizer aos filhos “Eu te amo,

estou aqui para te ajudar na lição de casa”. Teremos tempo para olhar para nossas esposas e lhes propor um passeio. Mas não: chegamos cansados, nossas esposas chegam cansadas, e cada um vai dormir de costas um para o outro, porque não dá, porque todo mundo fica estressado.

Então, para Perus precisamos de mais empregos e mais indústrias, com proteção ambiental. E está de parabéns a cidadania em São Paulo. Se alguém disser que não houve participação, não é verdade: houve, sim. Esse tema pode ainda não empolgar a todos, mas esse processo teve a minha participação, teve os discursos acalorados de cada um defendendo o seu espaço. Parabéns a todos nós, e vamos defender a Cidade. Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Sr. Paulo Santos. Tem a palavra a Sra. Luciana Meyer Frazão.

A SRA. LUCIANA MEYER FRAZÃO – Boa noite. Gostaria de começar dizendo que vim hoje em busca de realmente uma devolutiva, depois de toda a participação que teve a Amapar - Associação dos Moradores Amigos do Parque Previdência, além de todas as outras associações de bairro. É muito frustrante chegarmos aqui e encontrarmos essa situação em que as pessoas ainda estão pleiteando tudo o que já foi pleiteado nesses meses todos de participação.

Pelo visto, não vai haver ninguém explicando para nós por que a Amapar não foi atendida, o que há de errado no que está sendo solicitado, já que representa uma parcela grande da comunidade do bairro, que concorda.

Além de bióloga, sou especialista em identificação e avaliação de impacto ambiental e não tenho a menor dificuldade em vislumbrar o que vai acontecer com a Previdência se se liberar ZCor 1 em alguns trechos que eram residenciais e ZCor 2 onde hoje já há algum tipo de comércio. Então, pedimos que vocês prestem realmente um pouquinho de atenção no que está sendo solicitado.

Achamos que tem que haver mais diálogo. O plano de bairro era uma grande expectativa nossa de sentarmos todos nós da comunidade para discutir e chegar a um consenso do que poderá a ser bom para o bairro, atendendo aos dois lados; mas não é o que estamos vendo. Estamos realmente vendo uma briga de força, um cabo de guerra. Um puxa de um lado, outro puxa de outro, e vamos ver do lado de quem os Vereadores vão ficar.

Penso que temos que trabalhar com o que o Sérgio já havia colocado, algum artifício, algum artigo, alguma coisa na legislação que a gente possa sentar e discutir em outro momento o que vai ser ZCor e o que vai ser zona residencial. Gostaria de reiterar que ali ao lado temos também um parque que tem um grande uso de final de semana. Aquelas ruas são vizinhas ao parque. Elas são a única área onde as pessoas estacionam os carros hoje. se virar comércio, vai aumentar muito a movimentação de carros ali, e serão infernais os finais de semana, diminuindo muito o uso desse parque também, em detrimento do uso focado literalmente no comércio. Era isso. Eu gostaria que vocês escutassem os nossos pleitos.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Agradeço à Luciana. Próxima, Maria Camila Souza.

A SRA. MARIA CAMILA SOUZA – Boa noite a todos. Boa noite, Vereador Paulo Frange e Dr. Daniel. Venho reiterar nossa indignação com o que acontece com a Colina das Flores. Rapidamente, citarei as questões técnicas e jurídicas. Técnicas, que a SMDU enviou para vocês, do Executivo para cá, mantendo todo esse eixo em ZER 1, por questões que no passado eu já discuti com o Dr. Daniel. Vejam se esse bairro tem alguma condição de ter pizzaria, enfim, virar um ZCor 2.

Vamos rapidamente para as questões jurídicas. Decisão judicial relativa a ação civil pública – algo de que é importante vocês não esquecerem – vem, em primeira instância, dizer: “1. Manter os redutores de velocidade nas ruas Alberto Penteado/ Begônias/ Magnólias, não alterando as características / traçado dessas vias e mantendo inalteradas as praças

existentes”. Esse ZCor 2, lá, para qualquer leigo na área jurídica, afronta uma decisão judicial.

Passemos ao próximo. Mais abaixo, no trecho 4, que fala da Alcebíades Delamare, a Municipalidade foi condenada a criar uma alça que sai da Avenida Tajurás, entra direto na Marginal, e tirou totalmente o trânsito da Alcebíades Delamare. Então, está formado o eixo todo. Conversamos com o Vereador Eliseu Gabriel, e isso foi motivo de veto pela Prefeita anterior por razões jurídicas e técnicas.

O Tribunal confirma a decisão - está lá: “manter os redutores” – e mantém todas as outras decisões de primeira instância, que é um processo enorme em que a Sociedade Colina das Flores investe há muito tempo.

Vou passar rapidamente para a parte técnica e volto só para falar sobre a questão democrática do nosso abaixo assinado.

O SR. FLAMÍNIO FISCHMAN – Boa noite. Obrigado pela oportunidade de estar falando com vocês. Sou Flaminio Fischman. Fiz um estudo sobre o eixo viário que pega a Magnólias e onde está sendo feita a mudança, na Begônias e na Alcebíades Delamare, mudando-as de ZER para ZCor 2.

Em relação a esse estudo de impacto que fiz, sou especialista na área. Trabalho há 37 anos, sou funcionário da CET e tenho, reconhecidamente, pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo, atestado técnico da CET como especialista na área. O problema basicamente é o seguinte: a mudança de uso do solo lá provocará tantas perturbações no tráfego em função da carga e descarga, embarque e desembarque, que vai jogar fora um investimento de muitos milhões no Túnel Sebastião Camargo, que liga toda a região do Morumbi à região do centro expandido da Cidade. A cidade de São Paulo não pode considerar, não pode conviver com uma perda de investimento de tal magnitude. A restrição ao retorno para o zoneamento de ZER 1, conforme estava previsto inicialmente, é a melhor técnica, indubitavelmente. Obrigado.
(Palmas)

A SRA. MARIA CAMILA SOUZA – Só para encerrar, Vereador, estamos na Casa

da Democracia. E, nela, temos centenas de famílias presentes que assinam um abaixo assinado pela manutenção da ZER 1 nesse trecho inteirinho, pelas razões técnicas e de direito que estão entregues a vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Sra. Maria Camila Souza e Sr. Flamínio, que a acompanha. Próxima inscrita, Sra. Cláudia Sisle Maksoud.

A SRA. CLAUDIA SISLA MAKSOUND – Boa noite, senhores. Sou moradora do Jardim Marajoara. Eu hoje estou aqui representando 730 pessoas que moram no Jardim Marajoara, que está devidamente registrado nesta Casa. Nesse abaixo assinado, pedimos que esse projeto não modifique o *status* do Jardim Marajoara, essa pequena região que é classificada como residencial.

Hoje o Jardim Marajoara possui prédios, comércio, e todos convivemos muito bem. Essa “tirazinha”, que hoje é residencial, é cheia de jardins, tanto da Prefeitura como de nossas casas. Nós moradores que assinamos esse abaixo assinado sustentamos nossos jardins, adubamos, chamamos jardineiros para manter a higiene do local e não juntar bichos. Fornecemos gratuitamente oxigênio para vários outros moradores vizinhos, que usufruem disso. Hoje o pedido para que vire ZCor atende à vontade de apenas 1 morador vizinho. Não é uma pessoa que mora no Jardim Marajoara. Que seu IPTU seja do Jardim Marajoara.

Aliás, ontem, houve uma leviana declaração da Vereadora Juliana Cardoso, que disse que os moradores foram ouvidos. Ou ela mentiu ou alguém mentiu para ela, porque os moradores do Jardim Marajoara em peso não foram ouvidos. Protocolamos o que gostaríamos que vocês soubessem, mas não obtivemos resposta. Cada vez que consultamos o mapa que pretende transformar parte da área em ZCor 2, vimos que essa área só foi aumentando, aumentando.

Nós, legítimos moradores, pagantes de IPTU, que sustentamos os nossos jardins, oferecemos gratuitamente o oxigênio a todos, não fomos ouvidos! Estou falando em nome de 730 pessoas que querem continuar sendo um pequeno pulmão de Santo Amaro, pois está

fornecendo hoje qualidade de vida. Somos contra a mudança proposta; somos 730 moradores contra a mudança de zoneamento de ZER para ZCor 2 no Jardim Marajoara. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Claudia Sisle Macksoud. Tem a palavra a Sra. Irani Dias, da Associação Luta por Moradia Estrela da Manhã – ALMEM.

A SRA. IRANI DIAS – Boa noite a todos e a todas. Boa noite à Mesa. Primeiramente, vou ler uma petição que já foi entregue à Mesa, em reunião no Jardim São Paulo. Se sobrar tempo, farei minhas considerações.

Início minha fala fazendo uma crítica ao formato de hoje, em que 50 pessoas de um único movimento falaram, e os outros movimentos não conseguiram a palavra. Sairá gente daqui sem falar. (Palmas)

“A ALMEM - Associação Luta por Moradia Estrela da Manhã, representada neste ato por sua presidente, Sra. Irani Dias, vem respeitosamente solicitar a transformação da área localizada na Avenida Francisco Ranieri, 681, em Lauzane Paulista, definida como ZEIS 5, para ZEIS 3.

A diferenciação entre os dois tipos de ZEIS define-se exclusivamente pelo interesse privado em empreender em uma área subutilizada, em região dotada de infraestrutura. Porém, os percentuais de demanda de HIS a serem atendidos varia significativamente, com uma redução do atendimento à faixa 1, com renda até 3 salários mínimos.

Mantido o atual zoneamento para a área, o resultado de qualquer projeto que for empreendido não será capaz de atender à grande demanda.

Pelo atendimento ao direito constitucional à moradia digna, por se tratar de região com elevado *deficit* habitacional e significativa oferta de emprego, atender a essa demanda por HIS permitirá a fixação da população que hoje vive na própria região, em assentamentos precários, muitos dos quais já trabalham na região.

É importante destacar que outras áreas de ZEIS da região, inclusive uma ZEIS 3

vizinha, já tiveram destinação inadequada, reduzindo ainda mais a oferta de áreas para o atendimento da demanda habitacional, sendo, portanto, essencial garantir que nessa área esteja assegurada área suficiente para atendimento das faixas de renda mais baixas, onde se concentra a maior parte do *deficit* habitacional da região.”

Estamos falando de um terreno lá na periferia, um terreno que não vai entrar no jardim de ninguém, um terreno que está destinado para habitação há 40 anos. Entrou governo, saiu governo, e ninguém teve interesse em construir lá. A Cohab chegou a gastar dinheiro da Secretaria de Habitação para fazer o estudo de impacto ambiental e deixar tudo pronto para o atual dono – porque o terreno era público, mas agora tem um dono – fazer um empreendimento de classe média alta, ficando com o terreno que é do povo.

Então, peço, pelo amor de Deus, que revejam essa questão. O nosso movimento de moradia não está no guarda chuva de nenhum partido político. É por isso que somos o único movimento de moradia presente aqui hoje. Porque os movimentos de moradia que fazem arruaça e estão sob o guarda-chuva de partidos políticos, esses estão garantidos. Esses colocaram suas demandas goela abaixo. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Irani. Próxima inscrita, Juliana Gulnara Machado.

A SRA. JULIANA GULNARA APARECIDA MACHADO – Boa noite à Mesa e ao Pleno. Eu queria dizer, em primeiro lugar, que sou residente, nascida e criada no Jardim Consórcio-Marajoara, onde minha mãe mora há mais de 50 anos. Então, estou contemplada pelas palavras da Sra. Cláudia.

Queremos que o Marajoara, Jardim Consórcio, Cidade Ademar sejam mantidos como área residencial, somente. Esse é o nosso interesse. Tenho o imposto comigo para provar que moro no local.

Em segundo lugar, há 25 anos meu pai comprou um terreno na Cidade Dutra, onde moro há 25 anos, na Rua Marli Oliveira Cobra, 37. Cidade Dutra é área de mananciais. Como

advogada e ativista por tantos anos pelos direitos humanos no segmento racial indígena e quilombo, defendo as áreas de mananciais. Moro em área de manancial. Hoje em minha casa sou anfitriã de um pica pau. Às vezes tenho a presença de gaviões e corujas. Moro próxima à área de APA, de preservação ambiental. Meu pedido é que se respeitem as áreas de mananciais como áreas intocáveis, pois isso é o que prevê os tratados internacionais, como COP21, Protocolo de Kyoto, Rio+20 – da qual participei e, que determinava que se praticasse a justiça social e a erradicação da pobreza, miséria e fome através da sustentabilidade. Estou respaldada também no Código Florestal e na Portaria Conama 303. Digo a vocês: o Brasil recebe dinheiro de multa da Alemanha por violação de direitos ambientais. É igual ao Parque Picinguaba, em Ubatuba e em vários locais. Se, por acaso, houve violação nas áreas de mananciais, nós vamos denunciar a órgãos internacionais e ONGs internacionais para que parem de mandar dinheiro para São Paulo, porque São Paulo está violando os direitos ambientais, com crise hídrica, com água. Eu moro a 30 passos de córregos, se chama Rio Bonito. Essa água tem nascente e está indo para o córrego, para as áreas de mananciais cuja água vocês estão bebendo, a da Represa Guarapiranga. É a água com a qual vocês estão tomando banho.

Acabaram com a Cantareira, mas não vamos deixar acontecer isso com a Represa Guarapiranga. Simplesmente a Bahia está sofrendo a maior seca por falta de água. Em São Paulo nós temos pouco e vamos lutar por ela. Tenham certeza disso, pois a minha nação indígena luta pela sustentabilidade.

Tenho duas aldeias e luto pela água e pela preservação das futuras gerações. É por isso que nós lutamos. Gratidão a todos.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Juliana.

Tem a palavra a Sra. Isabela Bensenor.

A SRA. ISABELA BENSENOR – Boa noite. Eu falo em nome do Movimento de

Preservação do Sumarezinho e da Vila Madalena e pelo Movimento de Amigos da Vila Anglo.

Nós conseguimos uma grande conquista com a retirada de 22 quadras da ZEU da Vila Madalena. Eu agradeço, então, ao Vereador Paulo Frange, Relator da Comissão e à SMDU, na figura do Sr. Daniel Montandon por terem entendido a nossa reivindicação. Muito obrigada.

No entanto, eu gostaria também de falar sobre outro problema. No entorno da ZEU, tanto em volta da ZEU da Vila Madalena, como de todas da cidade de São Paulo, existem ruas que foram divididas: de um lado existe a ZEU e, do outro, uma rua normal, como era antes, de Zona Mista, o limite do zoneamento.

Eu gostaria de entender e de perguntar o que vai ser feito para proteger o lado da rua que não é ZEU. Eu entendo que o sol é para todos e todo mundo tem direito ao seu lugar ao sol, inclusive as pessoas que vão morar à sombra das torres que vão ser construídas ao lado da rua que é ZEU. Cheguei a conversar com o Vereador Paulo Frange – e isso também existe no plano do Francisco Scagliusi, que foi o nosso urbanista – sobre a criação de área de transição para proteger justamente as ruas que vão ficar divididas: de uma rua normal; do outro, ZEU.

Talvez, então, tenhamos que pensar em estratégias de proteger o entorno da ZEU. Se, antes da votação e da aprovação do PL, o nosso movimento pedia a redução do perímetro da ZEU da Vila Madalena, a partir de agora, nós vamos pedir a modulação da ZEU na área limite com outros tipos de zoneamento.

O sol é para todos e quem mora do outro lado da rua também tem direito ao sol e não à sombra dos prédios da ZEU.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Carlos Alexandre Oliveira.

O SR. CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA – Boa noite ao Sr. Relator Paulo Frange,

ao Sr. Daniel e a todos que estão resistindo aqui. Nós estamos numa longa caminhada para falar em apenas três minutos, mas agora acho que já conseguimos expressar melhor o nosso desejo.

Nessa caminhada, nós conseguimos atingir metade dos nossos objetivos, e por isso eu quero parabenizar os Srs. Vereadores e o Daniel pelo trabalho que vocês estão fazendo.

Só para recapitular a nossa teoria, o nosso pleito, a Associação Viva Leopoldina tem dois requerimentos. O primeiro versa sobre a questão do lixão da Vila Jaguara, um terreno totalmente apto para receber moradias populares, mas onde queriam instalar uma estação de transbordo de lixo, mas hoje foi aprovada uma emenda atendendo ao desejo dessas famílias e dessa população. Então, parabéns aos Srs. Vereadores.

Nós defendemos isso e também defendemos que o terreno da CMTC contaminado por hidrocarbonetos – que são cancerígenos – não continue como enquadramento por ZEIS-3. Por isso que apontamos as ZEIS para a Vila Jaguara e, graças a Deus, foi aprovado.

Esse é um jogo democrático do qual estamos participando desde o início. Venho até fazer um pedido humilde, de quem está participando de todas as etapas, para termos algum mérito e conseguirmos realmente chegar também a um bom termo na questão da CMTC. Eu acredito nisso. Eu acredito, Dr. Paulo Frange e Daniel, que nós vamos conseguir chegar a esse meio termo, porque eu acho que o caminho é a flexibilização. A Vila Leopoldina quer conversar; temos uma proposta, uma ideia diferente que acho que vai atender ao desejo; acho que nós vamos chegar a um meio termo e vamos tentar conversar nesse finalzinho de jogo.

Parabéns. Não é fácil, mas nós acreditamos nesse jogo democrático e estamos aqui, de uma forma muito justa e muito limpa, tentando defender os nossos ideais. Nós vamos chegar lá.

Obrigado. Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Carlos.

Tem a palavra o Sr. Roberto Ribeiro Lobo.

O SR. ROBERTO RIBEIRO LOBO – Boa noite a todos. Vou tentar explicar, de uma forma bem rápida o que ocorre num bairro da região da zona Norte. Represento 600 famílias do bairro Vila Amélia. Pagamos os nossos impostos regularmente há décadas, há mais de 70 anos e, das nossas casas e edificações, nós temos os Autos de Regularidade da Prefeitura. Nós temos também as nossas escrituras registradas em Cartórios de Registro de Imóveis. As nossas ruas são oficializadas, com ponto final de ônibus. Se pegarmos o metrô até o Jardim São Paulo, o ônibus Jardim Amélia está lá no bairro. São 600 casas.

O que nós não estamos entendendo é por que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e a Comissão de Política Urbana continuam com a proposta de uma área de parque para o nosso bairro, que é centenário.

O que já nós já explicamos em outras audiências públicas foi o seguinte: houve um erro quando o erro comprou. Está aqui a escritura do Estado, de 1912. São três escrituras que ensejaram as 500 matrículas no bairro: uma de 1910; outra de 1898, quando o próprio transmitente, que primeiro vendeu a particulares, depois vendeu para o Estado uma parte da mesma área, que são três alqueires. Hoje o bairro tem 5,5 alqueires e não cresce mais há décadas. Uma última escritura, sobreposta por esse título do Estado datado de 1899.

Fui à Procuradoria Geral do Estado e à Procuradoria Geral do Patrimônio Imobiliário para pedir explicação sobre essa escritura, sobre a qual não tem decreto de criação de parque. Eles não mandaram nenhuma resposta por *e-mail*. Creio que, para esta Comissão de Política Urbana, formalmente não houve explicação sobre esse caso, que é justo.

Nós estamos sofrendo uma verdadeira turbacão de propriedade; duas pessoas já enfartaram no bairro. Nós não vamos nos submeter a um plano de manejo de um parque não existe, que não é parque.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Roberto.

Tem a palavra o Sr. Nicolau Helito Filho.

O SR. NICOLAU HELITO FILHO – Boa noite. Na figura do Presidente desta reunião e do Vereador Paulo Frange, eu cumprimento a Mesa e todos os demais presentes.

Sou da Associação Comercial Distrital Lapa e o nosso pleito é para a Rua Clélia, como já foi falado e mostrado, é uma rua que está completamente deteriorada, com muito trânsito e ninguém morando nela. Isso leva a imóveis vazios, um caos para a vizinhança.

Só para termos uma ideia: Rua Clélia; Rua Monte Pascal; Rua Brigadeiro Gavião Peixoto; Rua Barão de Jundiaí. É praticamente uma autoestrada com farol.

Apesar de ter lá o Hospital Albert Sabin, que está funcionando com liminar da Justiça, há muita casa vazia. Por que, então, ZCO-2 e a Rua Clélia naquele padrão que o senhor falou? Para preservar a vizinhança. Somos da Associação Comercial, mas a vizinhança tem que dormir, tem que acordar cedo para estudar e trabalhar.

Pelo que está passando a Vila Madalena agora, a que eles se referem muito, nós passamos na Lapa, com uma casa noturna na Rua Clélia, antes Cine Nacional, atual casa de show Olímpia. Começou devagar, mas depois funcionava de segunda a segunda, das 20h às 5h, todos os dias. Isso acabou com o sossego, ninguém mais conseguia dormir, trabalhar, estudar. Foi um caos.

Por isso, queremos Zona de Corredor, ZEIS-2, mas sem casa noturna, sem barulho, sem nada, onde possa só comércio, mas a vizinhança possa dormir e descansar para conseguir trabalhar.

Obrigado, Srs. Vereadores, pela atenção de V.Exas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Sr. Nicolau.

Tem a palavra o Sra. Maria Elisabete Castanho.

A SRA. MARIA ELISABETE CASTANHO – Boa noite a todos. Sou representante do grupo da Rua Alvarenga, no Butantã, e, mais uma vez, venho reforçar para que, na segunda

votação, se mantenha a ZCOOr-3. Nós fomos contemplados com o PL 272/15 com a ZCOOr-3 e reforço o pedido para a sua manutenção.

Antecipadamente, já agradeço e dou uma sugestão para ser acrescentada ao texto: que seja permitido o uso misto e compartilhado para o mesmo imóvel e que seja revisto o artigo 58. A nossa sugestão é a eliminação o termo ZCOOr do texto do artigo 58 para que os artigos 61 e 62 não sejam prejudicados. Em outro item, sobre a restrição de uso, já que um dos serviços prioritários na região da USP é o de moradia, pensão e pensionato. Então, que na tabela número 4 fosse revista essa condição de moradia, porque é um serviço que não vai impactar o trânsito e que, em torno de uma universidade como a USP, é necessário.

Agradeço mais uma vez por todas as oportunidades que recebi dentro do gabinete de cada um dos Srs. Vereadores que estiveram hoje na votação. Agradeço-lhes muito a oportunidade de estar falando mais uma vez.

Boa noite. Muito obrigada a todo mundo que me ajudou. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Maria Elisabete Castanho.

Tem a palavra o Sr. Marco Aurélio Martinho.

O SR. MARCO AURELIO MARTINHO – Boa noite a todos. Sou morador do Jardim Marajoara e queria falar um pouco sobre o processo participativo do número de audiências que houve, que foi enorme. Tivemos oportunidade de entregar demandas e opiniões no *site* e diretamente nos gabinetes. Foi um processo muito bem elaborado e formatado, mas o que ainda não foi falado é o que ele nos deixa, qual foi seu benefício. O benefício é que, seu formato, como foi construído, permitiu visitar várias vezes cada caso. Tomo como exemplo o caso do nosso bairro, que tem uma demanda antiga de Zona Corredor, que está bem à borda do bairro, praticamente fora dele. Ele passou da subprefeitura para SMDU, onde foi analisado. Veio à Câmara, também foi analisado. Seguiu para o primeiro substitutivo e hoje está aqui.

Então, esse processo de visitar várias vezes, um tema, acaba se consolidando por sua razão e necessidade.

Lamento que nesta fase do processo, quando já estamos em reta final, ainda haja muito ruído – apesar de vir diminuindo ao longo do tempo – basicamente por dois fatores: por falta de conhecimento – e, no caso da ZCO_r, percebemos isto, que as pessoas não têm conhecimento claro do que é essa zona e do ela pode trazer de benefício aos bairros – e por falta de generosidade daquele vizinho que está numa situação confortável e não olha para o vizinho que não está nessa situação ou que a perdeu ao longo do tempo. (Palmas)

Nós não vamos conseguir avançar mais do que isso por esses dois fatores. O processo chegou a um ponto que já está maturado para ser votado e finalizado e agora as pessoas têm que avançar por si mesmas nessa direção.

O que posso dizer, além disso, é somente agradecer aos Vereadores e à Secretaria o empenho pelo formato do processo, pela dedicação, cujo resultado final é esse.

Se um pleito ou outro ainda não foi atendido, nem sempre é porque ele está totalmente errado, mas porque ele serve a um grupo pequeno e não é de interesse de toda a Cidade. Nós precisamos entender isso também.

Boa noite. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Muito obrigado, Marco.

Tem a palavra o Sr. Christian Bojlesen.

O SR. CHRISTIAN BOJLESEN – Boa noite a todos. Boa noite à Mesa. Vou fazer uns comentários meio gerais. O primeiro deles é sobre uma coisa que já se perdeu e sobre a qual já mencionei antes: estamos falando de ZCO_r e não de ZCOM. Até parece que ZCO_r é zona comercial. Acho que uma grande perda que nós tivemos ao longo desta discussão foi sua função como tipologia residencial. Acho que, às vezes, nos esquecemos um pouco de viabilizar isso, que seria um grande passo e avanço até para tentar afunilar um pouco as posições entre quem residência e quem quer comércio.

Já tentamos ter isso no passado com ZER-3; havia pouquíssimas em São Paulo e ficava limitada a prediozinhos baixos. Na ZCO_r, em teoria, se pode construir prediozinhos de

três andares, de uso residencial, mas nós achamos que isso seria exatamente o que muitos corredores precisariam. Sem entrar num comércio mais intenso, se poderia fazer um uso também residencial.

Há algumas travas para isso. Mais recentemente mudou-se a taxa de ocupação da ZCor 3 para 50%, em vez de 70. Não sei se há tempo para se considerar isso para uma segunda votação, ou de criar consenso, mas fica a sugestão para o futuro.

Outro ponto que quero mencionar é mais voltado ao Campo Belo. Agradeço o que foi acatado e apenas lembrar que a gente teve, ao longo de todo o processo, uma série de discussões que foram polarizadas, algumas bem polarizadas. Mas também ressaltar que a gente teve muitas mudanças consensuais, que não havia o outro lado questionando as mudanças sendo pleiteadas, especificamente na região onde a gente está, que tecnicamente é Brooklin Paulista, situado entre a Santo Amaro e a Vereador, a gente nunca, em nenhuma audiência pública e em nenhuma instância aberta, teve contestação disso por quem quer que seja.

Quero deixar isso registrado, porque lá no bairro já houve um histórico traumático de judicialização sem representatividade, por isso gostaria de deixar registrado em audiência pública e nas notas taquigráficas na esperança de que isso não aconteça novamente e o Judiciário não seja levado ao erro mais uma vez.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Obrigado, Sr. Cristian. Tem a palavra o Sr. Eduardo Merheje Junior, do Centro Democrático dos Engenheiros.

O SR. EDUARDO MERHEJE JUNIOR – Muito boa noite. Represento o Centro Democrático dos Engenheiros.

Neste microfone, sempre critiquei muito a gestão e o planejamento que estava sendo feito, mas, neste momento, em função das soluções de especulação imobiliária que foram resolvidas nesse projeto, indicando as áreas que realmente poderiam ser adensadas,

acho que tivemos um ganho muito grande. E também não podemos nos esquecer de que somos uma metrópole. Esse pessoal aqui enfrentou trintas e tantas Subprefeituras com intenções diversas.

Foi um trabalho árduo, Vereador Paulo Frange. E eu acho que a gente chegou a um estágio, Daniel, muito importante desse trabalho. Quanto àqueles que lutam muito por ZER e contra os corredores, eles têm de entender que as pessoas, por exemplo, eu vivo na Avenida José Maria Whitaker, que é uma das divisas do Planalto Paulista. Antes o Planalto atravessava o fundo de vale porque era importante, porque tinha água, porque tem água, porque tem hoje enchente. E essa enchente está sendo feita num projeto que acho consegui bloquear no TCM, que seriam reservatórios de esgoto. A água do Planalto Paulista e Mirandópolis serviria apenas para empurrar o esgoto de Moema. Então, essa sociedade ZER precisa aprender que água não deve chegar apenas por tubo e não deve sair para descarga por tubo também. Tem de viver a realidade da Cidade e essa realidade tem de ser democrática com todos.

Planejamento urbano, a minha profissão, é popular e a gente tem de procurar fazer o melhor possível para que isso aconteça. Vamos ver agora, após esse primeiro passo, que a Avenida Whitaker foi transformada em ZCor 3, porque antes permanecia engessada e Planalto Paulista e Mirandópolis só queriam passar com carro lá e às vezes passava com o carro inundado, caminhando nas enchentes. (Palmas)

Então, gostaria que vocês prestassem a infraestrutura necessária. Eu vivo em enchente, eu vivo num pavimento que fica trepidando o tempo todo. É um assoreamento direto. É a maior bacia que colabora com os antigos lagos do Parque Ibirapuera, que hoje chupam água ali no Viveiro Manequinho para regar as plantas. E os piscinões que eu aprovei em 2002 aqui nesta Casa foram para o espaço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Eu lhe agradeço.

P - Então vamos em frente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Obrigado, Sr. Eduardo, engenheiro do

Centro Democrático dos Engenheiros.

O próximo é Carlos Bessler; na sequência, Pedro Luiz Soares.

O SR. CARLOS BESSELER - Boa noite.

Sou morador do Jardim Marajoara, nasci nesse bairro - como mencionei na última vez em que estive falando na audiência. Estou agora um pouco mais envolvido no processo do que no início. Realmente, a gente teve muita chance de falar. Vocês têm todos muita razão. Mas a voz de muitos parece que aqui na audiência fala mais alto do que a voz silenciosa, através de abaixo-assinados, como a minha vizinha Cláudia mencionou, 700 e tantas assinaturas, mais um abaixo-assinado que foi iniciado ontem na internet e já tem 200 assinaturas hoje à noite. Quer dizer, a nossa voz é forte. O processo tem ruído, mas o ruído não tem diminuído no processo, o ruído tem aumentado, no caso de Marajoara está cada vez mais forte.

O nosso pleito é que a Manoel dos Reis Araújo e a Ministro Alves de Souza Lima continuem sendo Zona Estritamente Residencial. O bairro Jardim Marajoara, como o nome já diz, é um bairro jardim, como diz a nossa faixa.

Nós podemos esperar mais séculos para que esse bairro continue sendo o que ele é. Nós estamos muito bem servidos de comércio; nós temos acesso a pé para fazer o que a gente quiser, não há restrição nenhuma. E é isso, a gente tem uma representatividade forte. A nossa Sociedade de Amigos do Bairro de Jardim Marajoara é uma das primeiras criadas em São Paulo. E, através da Sajama, que tem conversado com os senhores também, os senhores estão cientes da nossa situação.

Quanto ao Jardim Marajoara, não existe Jardim Marajoara de borda, Jardim Marajoara de miolo. Existe um jardim Marajoara! Um jardim Marajoara, que qualquer mudança que afetar esse bairro muito pequeno vai afetar tanto a borda como o miolo, vão ser todos afetados. A gente tem visto no mapa: as divisas dos terrenos que estão na borda atingem as ruas atrás, as ruas depois também. É uma ilusão a gente pensar que isso não vai acontecer.

Não é miolo ou borda, é um Jardim Marajoara, representado por todos os moradores - pela grande maioria dos moradores, que está unida. Não podem todos estar presentes porque são famílias que moram lá, com crianças, idosos, pessoas que estão no trabalho ainda. Pelo WhatsApp, a gente recebe mensagem que está todo mundo aqui torcendo por nós, aqueles que não podem estar presentes.

É esse nosso pleito: a Manoel dos Reis Araújo e a Ministro Alves de Souza Lima como Zonas Estritamente Residenciais, conforme as exceções contratuais do bairro. e é esse o nosso pleito.

Muito obrigado e parabéns pelo processo. Eu realmente acho que é muito interessante, mas é importante também que todos nós sejamos ouvidos, embora não estejamos aqui na audiência. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Muito obrigado, Carlos. Eu lhe agradeço.

Próximo, Pedro Luiz Soares; na sequência, Paulo Andrade Lotufo. (Pausa) Pedro Luiz Soares, da AVEA (?), não? Paulo Andrade Lotufo? (Pausa) Não? Simone Justamante.

A SRA. SIMONE JUSTAMANTE - Boa noite.

Boa noite a todos. Sou moradora do Planalto Paulista. Pertencço à Sociedade Amigos do Planalto Paulista, participamos de todas as audiências públicas e eu gostaria de fazer algumas considerações com relação ao bairro, cujo loteamento data de 1950; em 72, com a Lei de Zoneamento, o bairro foi transformado em ZER 1 - Zona Estritamente Residencial.

Naquela época, os edifícios residenciais e os comércios regulares existentes foram mantidos, e é isso o que se vê no bairro hoje. O nosso bairro também é classificado como bairro arborizado: em 1999, a nossa arborização foi considerado patrimônio ambiental e imune de corte por um decreto estadual, 30.443, em função da sua contribuição ambiental e por localizar-se num bairro residencial que serve como pausa entre áreas densamente ocupadas.

Gostaria de ler um trecho publicado no *site* da Imobiliária Planal, principal imobiliária do bairro. Eles dizem o seguinte para vender imóveis. "No bairro Planalto Paulista

temos completa infraestrutura de bares, supermercados, restaurantes, padarias, transportes e todo comércio de âmbito local - tudo isso aliado a ruas arborizadas e tranquilas". Esse é um retrato de nosso bairro hoje.

O conceito urbanístico das zonas exclusivamente residenciais tem estreita relação com o meio ambiente, consiste numa política pública protetiva e preservacionista. Esse conceito vem sendo mantido pelas leis que se sucederam até hoje, incluindo o Plano Diretor Estratégico aprovado em 2014, que dispõe que as áreas estritamente residenciais devem ser mantidas, preservadas e protegidas, manteve o Planalto Paulista como zona estritamente residencial e, agora, nosso bairro está sofrendo alterações pela Lei de Zoneamento.

Na minuta do PL 272, aprovada, além dos nossos pleitos não terem sido atendidos - apesar de termos participado de todas as audiências públicas, democraticamente -, foram demarcadas Zcors dentro do bairro, na Rua Afonso Mariano Fagundes e na Avenida Ceci. Essas Zcors vão fatiar o Planalto Paulista e, como já disseram anteriormente, as ruas lindeiras a essas Zcors vão ser degradadas.

Apesar da participação dos moradores - moradores - em todas as audiências públicas, representados pela SAPP - Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista -, essas transformações foram feitas nessa segunda minuta do projeto, em atendimento aos comerciantes locais ou que querem regularizar seus comércios...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Obrigado, Simone.

P - Acabou já?

A última coisa que eu queria dizer: protocolamos um abaixo-assinado com 2 mil assinaturas pedindo que essas zonas sejam retiradas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Muito obrigado à Simone Justamante.

E o último inscrito, Alexandre Miranda.

O SR. ALEXANDRE MIRANDA - Boa noite, boa noite aos Vereadores.

Eu sou presidente de uma associação de bairro chamada Previda, é uma

associação de bairro do Jardim Previdência. Ela fica no final da Rodovia Raposo Tavares, no km 11.

Vim falar a respeito da Rua Hugo Carotini, que é uma rua paralela à Rodovia Raposo Tavares. Essa rua pertence então ao bairro do Jardim Previdência. É um bairro que foi constituído na década de 50 e na década de 60, pertencente ao IPESP - Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo, um Instituto da Previdência Social, onde as casas foram destinadas a funcionários públicos do Estado de São Paulo. As ruas lá levam o nome de soldados, de policiais tombados em cumprimento do dever.

Então é um bairro assim muito antigo e muito tradicional. Estou contando um pouco dessa história de um bairro tão antigo porque, na implantação desse bairro, já existiam três ruas que eram comerciais - isso na década de 50: a Antônio Mariani, a Domingos Barbieri e a Hugo Carotini. Isso tanto é verdade que o próprio colégio do bairro, que foi constituído na época da implementação do bairro e que se mantém até hoje lá, um colégio estadual chamado Virgílio Neto, está lá até hoje. Os Correios - que, infelizmente, saíram, depois da privatização -, que cada bairro tinha o seu correio, estava na Domingos Barbieri; aquela velha quitanda, aquela velha lojinha, aquela vendinha onde a gente comprava bola de gude, onde a gente pegava e comprava linha para soltar pipa, aquela vendinha com caderneta. Tudo isso já existia na Antonio Mariani, Domingos Barbieri e na Hugo Carotini. Essa rua sempre foi comercial.

Na implantação do primeiro zoneamento, a Hugo Carotini era uma rua Z8, CR, ou seja, ela continuou sendo comercial. No último Plano Diretor, nunca vi um erro desses e acredito que vocês que estão aqui também nunca devem ter escutado falar isso, aconteceu um erro onde o mapa dizia uma coisa e o texto da lei dizia outra, ou seja, fragmentava a rua em dois zoneamentos. Dentro da Prefeitura o mapa mostrava que a rua inteira era ZCL, Z2, inteira comercial. Mas o texto da lei dizia que a rua era fragmentada, com um pedaço residencial e um pedaço comercial.

Pronto, começaram os problemas, porque tinha gente que tinha comprado casa

para se estabelecer comercialmente, havia casos que já estavam lá estabelecidos comercialmente.

Eu, por exemplo, nasci no bairro, estou lá há 43 anos, tenho um estabelecimento comercial, um restaurante há 34 anos legalizado, desde o ano de 1981, com licença de funcionamento totalmente legalizado, com área, tudo legalizado e pagando os meus impostos desde então. Isso é para mostrar o que é a rua.

Agora, vamos para o pior: essa rua é paralela à Raposo Tavares, diferente de todos os casos aqui, pois todos eles têm a sua razão. Acredito que vocês nunca escutaram um caso desses. Nessa rua só há casas de um lado, do outro lado há um canteiro de 5 metros quadrados que não pertence à Prefeitura de São Paulo, mas ao DER.

Justamente nesse trecho da Rodovia Raposo Tavares, que é a chegada em São Paulo, quilômetro 11, na verdade nem 11 é, porque é o eixo da central, são os dois últimos quilômetros chegando em São Paulo, não existe acostamento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Conclua, por favor.

O SR. ALEXANDRE - Fala-se em monotrilha, fala-se de tirar esse canteiro e ampliar a Rodovia Raposo Tavares. Nós temos poluição, assaltos, manifestação de estudantes há 15 dias, um único farol que existe numa Rodovia em São Paulo, está na nossa frente. Todos os problemas imagináveis em uma Rodovia onde passam 180 mil carros, por dia.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE - Pedimos a manutenção do jeito que está, Zona Corredor 2, na Hugo Carotini.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) - Tem a palavra o último inscrito, o Sr. Sérgio Borges Taveira.

O SR. SÉRGIO BORGES TAVEIRA – Boa noite a todos, boa noite Sr. Vereador, principalmente o Dr. Paulo que me atendeu, acho que cometi um engano.

É a segunda sessão que venho, sou morador da Vila Cordeiro, um pedacinho de quatro quadras para cima e quatro para baixo está totalmente degradado. Deixei inclusive farto material na semana passada, também nesta semana, porque ali virou um corredor de carros. Tem farol atravessando a Avenida Morumbi para a Água Espreiada, vários faróis, o trânsito ali está intenso, mais do que na Roberto Marinho, mais do que na Avenida Morumbi, mais intenso do que qualquer coisa.

Minhas filhas não conseguem mais andar, não deixo. Não são mais crianças, elas têm 25-24 anos. “Pai, quero ir até na Avenida Santo Amaro”, vem lá de baixo, tem que atravessar uma rua, outra rua, outra, até chegar lá em cima, a Portugal, elas vão ser atropeladas. Não conseguem.

Minha mãe é idosa, não consegue sair. Minha irmã com deficiência de gordura não consegue sair dali. Se eu ou minha mãe quisermos ir à padaria, não se consegue. Ficou ali um bairro totalmente degradado.

Não sei como deixaram aquelas quatro quadras assim. Solicito a mudança do zoneamento, porque se continuar desse jeito. Imaginem a hora que o Metrô Vila Cordeiro começar a funcionar, os prédios que estão vindo ali ao lado.

Eu precisei fazer uma coisa. As pessoas falam: “Você está desvalorizando o seu imóvel.”; “Você quer valorizar o seu imóvel.”. Ninguém quer valorizar, eu não quero perder o que eu já tenho.

Estou vindo aqui há duas semanas, porque a minha mãe tem câncer, está com 100 anos de idade, e eu precisei vender aquele imóvel. Me ofereceram dois mil reais o metro quadrado. Aquilo realmente degradou tudo.

Meus amigos me falaram para eu não me preocupar, disseram que iriam alugar para o pessoal da Berrini, fazer quarto e cozinha. Já há pessoas fazendo quarto e cozinha, vai degradar mais ainda, porque a gente não consegue fazer nada.

Então eu acho que ali uma Zona Mista, diminuindo um pouco o tráfego ali dentro,

se minha mãe, minha irmã e eu pudéssemos sair, pudéssemos comprar no mercado ao lado, seria muito mais humano do que é hoje. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado Sr. Sérgio Borges Taveira.

Ouvimos hoje, com muita atenção, 65 pessoas. Quero de antemão parabenizar pela cidadania.

Tem a palavra o Daniel.

O SR. DANIEL MONTANDON – Obrigado. Boa noite a todos.

Nós temos falado no final, tem sempre presente um público menor. Aí também tem menos vaias. Se tiver aplausos também terá menos. (Palmas) É uma estratégia.

Eu estava comentando com o Paulo há pouco, estou participando da preparação da Conferência Habitat III, da ONU, é tão importante lançar um olhar holístico para todas as discussões aqui, porque se discutirmos a Cidade olhando o nosso jardim, só a nossa casa, a gente perde a compreensão do que é esta cidade, a sua complexidade e a solução dos problemas.

Por exemplo, a questão dos mananciais que foi colocada aqui, essa proposta aumenta as áreas de ZEPAM e não basta isso, porque para preservar o manancial tem que ter uma boa política habitacional. Essas coisas estão muito relacionadas e dá para ver, de fato, que a proposta tem que ser encarada, tem que ser vista, na sua lógica, como uma lógica sistêmica para a Cidade como um todo.

Eu quero parabenizar o Paulo Frange pelo trabalho que foi feito na relatoria, dedicação que ele teve para (Palmas) fazer o diálogo entre esse raciocínio sistêmico e as questões locais.

A gente teve o tempo todo dialogando sobre essas coisas e vimos como que as questões locais reverberam na lógica sistêmica e assim por diante.

Então queria parabenizar o Paulo pela dedicação, se apropriou do tema, ouviu, teve muita paciência e acho que isso é muito importante. Se nós não incorporamos não há como

fazer uma proposta para 12 milhões de habitantes e agradar todo mundo plenamente.

Não vai incorporar plenamente todas as coisas, vai buscar ouvir e equacionar essas questões e não dá para dizer que algum elemento não incorporado significa que o jogo não foi válido; o meu não foi incorporado, então não valeu o processo, está incorreto. Acho que não é assim que a gente tem que conduzir.

Então a minha fala é mais parabenizar o trabalho da Comissão, o trabalho do Paulo, que acho que melhorou o PL. A gente tinha a missão de sempre acompanhar o processo e, assim: “Melhorou o PL? Melhorou. Está melhorando, está melhorando”. Então a gente tem essa missão e a gente vai continuar nisso para ajudar a equacionar as questões no que for possível para a segunda votação.

Quero manifestar total apoio da SMDU para que a gente prossiga na segunda votação, pelo menos o trabalho que foi feito aqui na construção do primeiro substitutivo.

Boa noite a todos. Muito obrigado e parabéns. Valeu (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado ao Daniel, também uma grande experiência positiva nossa aqui na Câmara, principalmente da Comissão de Política Urbana, ter você como técnico nesse processo.

Passo a palavra para o Vereador Paulo Frange que - eu sempre costumo falar, como o Daniel falou aqui – é o melhor Vereador da Câmara Municipal, sem dúvida nenhuma. Eu não voto em você porque tenho que votar em mim, senão eu votava em você, Paulo (Palmas) É uma pessoa muito dedicada e não poderia ter sido escolhido melhor vereador para ser relator da Lei de Zoneamento. Com a palavra o meu amigo, Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Quero agradecer a manifestação do Ricardo, mas a nossa amizade com certeza traz para vocês a obrigação de fazer um enorme desconto na forma como ele fala. É que a nossa amizade é realmente fraterna.

É importante a presença do Ricardo Nunes aqui, como membro da Comissão de Finanças, já foi relator do orçamento integral da Câmara e este ano fez o relatório parcial,

porque foi compartilhado. É importante que alguém da Comissão de Finanças acompanhe esse processo. Alguns aqui não viram o Ricardo algumas vezes, mas nas audiências públicas na zona Sul, onde é a base política dele.

Ele não só militou muito como, Daniel, muito do que nós discutimos para introduzir mudanças pontuais na zona Sul, que é a área mais difícil de trabalhar em São Paulo por ser uma área de mananciais, por ter uma lei específica que trata de mananciais, uma lei de estado, mudança de perímetros, ajustes de perímetros, nasceu do trabalho do Ricardo e de sua equipe na zona Sul. Inclusive uma das propostas que a gente mostrou aqui, a inclusão do clube náutico, que não existia na lei de zoneamento de São Paulo, nasceu no ambiente, de uma discussão. Nós fomos conhecer um clube náutico. A gente não tinha ideia de que ele não estava na lei, era apenas um clube, mas não tinha ainda um regramento específico.

Então, Ricardo, a gente tem que agradecer a você que, além da Comissão de Finanças, fez um trabalho muito bonito conosco e compartilhou. (Palmas)

Nós vamos terminar esse processo, com certeza, não atendendo cem por cento. A gente não tem condição muitas vezes, porque o conflito (ininteligível) ter uma posição e tomar um caminho. Estamos devendo ainda muitas situações que ainda não foram ditas, mas muitas delas já estão em tratamento para que sejam resolvidas.

Estou vendo aqui o Montalto, o Eduardo, esse é um dos casos, Daniel, que a gente tem que trabalhar, é um dos casos que envolvem a zona industrial, principalmente junto à Anchieta. Algumas áreas deixaram de ter indústrias e ainda estão demarcadas como áreas industriais. Essas áreas muitas vezes não voltarão mais a ser industriais. Mas foi uma política desde o início não começar tratando essa discussão pelas zonas industriais, deixar as zonas industriais para esse momento, porque veio muita informação. Muita informação porque, em cada subprefeitura que nós visitamos, encontramos uma figura diferente de indústria.

O Estado de São Paulo tem indústrias esparramadas por todo o seu território. As zonas mistas, as indústrias do tipo 1-A e 1-B estão contempladas, elas vão poder existir; zonas

de centralidade, elas vão existir. Mas algumas indústrias mais pesadas, as indústrias de transformação, que causam ruído, incomodidade, odores, ficam dentro das ZPIs. É pouco mais de 2,5% do território, mas são territórios sagrados, têm uma concentração do PIB de São Paulo.

Foi também com a indústria, Montalto, que nós tivemos um trabalho interessante. O Daniel esteve conosco a convite. O Ricardo Nunes protagonizou um trabalho na Fiesp, junto com a Comissão de Política Urbana, que trouxe também algumas intervenções interessantes e que nós vamos tratar agora. Por exemplo, uma situação que fica na mente de todos: nós temos indústrias que são também incômodas e ainda estão em áreas que não são ZPIs. Nós sabemos que elas existem lá, mas nós não temos como ficar pintando o quadro, o mapa de São Paulo como se fosse uma catapora. Depois, quando você olhar, está aquele monte de pintinha azul. E aí deixa de ser zona industrial, a gente vai fazendo regularização, ou seja, fazendo anistia com a Lei de Zoneamento pelo mapa. Então, na verdade, a gente vai ter que encontrar uma solução para essas regiões que concentram grande parte das indústrias.

No que tange a essa discussão de zona corredor, tem muitos avanços que serão apresentados nas discussões em segunda. Ficamos devendo algumas situações que não foram contempladas até porque há um tempo entregar o material na cartografia e isso ser inserido no mapa. Então, na primeira votação, como nós tínhamos que fazer a publicação, nós combinamos com o Ministério Público exatamente o que estamos fazendo hoje: que nós íamos conduzir assim, que o projeto ficaria na forma de rascunho, na forma de provisório por um período. Ouvimos, fizemos devolutivas, depois ele seria aprovado na Comissão de Política Urbana com algumas modificações colhidas nas audiências públicas devolutivas. Depois também disponibilizado mais uma vez para que fosse votado o projeto exatamente.

Fizemos também um acordo no Ministério Público bastante seguro para todos: que nem as emendas seriam votadas sem ter publicidade. Por isso que, embora a imprensa tenha publicado que ontem nós não conseguimos votar, não, nós não iríamos votar sem publicar as

emendas mesmo. Ontem à noite, às 20h e pouco, quando encerramos, foi para publicar as emendas hoje. Todos tiveram ciência das emendas que estão lá. Estamos cumprindo exatamente o *script* de tudo que foi combinado. Até esse detalhe, que poderia ser tranquilamente superado com a leitura das emendas no plenário, nós achamos melhor fazer o que combinamos; nós não falamos em leitura, falamos em publicação, então publica. Votar ontem à noite ou votar hoje à tarde não mudou a vida de ninguém. Pelo contrário, nós ganhamos mais segurança no processo.

Nós queremos trabalhar esse processo para que ele seja tranquilo, sem judicialização, sem vetos, por isso nós estamos dialogando permanentemente com o Governo, e temos encontrado essas portas abertas desde o primeiro dia, logo que começamos o trabalho junto com o Daniel. Ele olhava para a gente com a cara um pouco mais fechada, hoje ele um moço que sorri para a gente. O Presidente Gilson Barreto e o Daniel no início se estranhavam; hoje um sai e fica com saudade, liga perguntando se o Daniel está aqui, já começou a ter saudade. Olhem só.

Então nós transformamos as nossas diferenças em ajustes, transformamos essas relações muitas vezes conflituosas em grandes amizades, muitas amizades nascem desse processo, e passamos a respeitar muito mais as pessoas do que respeitamos a cada dia. A presença de um jovem que vi agora há pouco falando aqui... nós sentimos falta do jovem nesse processo. Na verdade só tem as jovens de verde que estão aqui, mas aquele garotão que está cursando Arquitetura, que está cursando Engenharia agora não participou do processo. É uma pena. E não faltou estímulo, nós abrimos até espaço para estagiários, chamamos para que ficassem por aqui. “Mas tem que ficar sábado? Tem que acompanhar? Tem que ficar à noite até acabar?” Aí não vêm mais, então perdemos a oportunidade de ter um grupo jovem.

Por outro lado a gente encontra uma concentração muito grande de cabelos grisalhos. As mulheres não têm esse problema. Vamos encontrando cada vez mais cabelos grisalhos acompanhando um processo que a gente imaginaria que faríamos até sucessão.

Parece que não. A D. Olinda aqui, aos 93 anos de idade, a essa hora da noite nos dá uma esperança enorme! (Palmas) Nos remete a lembranças da nossa família, nos traz esperança. Gostaríamos de ter outras D. Olindas com a força de estar conosco a esta hora da noite.

Espero que a gente consiga conduzir as coisas com segurança. Algumas situações são realmente difíceis. Quando a gente vê a situação da Vila Amélia a gente fica realmente muito chateado. Como a gente pode interferir num parque do Estado e com zoneamento do Município e lá dentro marcar um zoneamento? A impressão que dá é de que a gente não quer. Quando ouvimos pela primeira vez esse caso, tínhamos certeza de que era muito fácil, era só decidir. Mas depois a gente viu que existe regra que não tem como a gente atravessar. Não sabemos como vai se resolver ainda, mas temos tentado de toda forma, na forma de texto, na forma de outra solução, na forma de fazer o Estado andar um pouco mais depressa para resolver uma situação dessas, demarcar aquele espaço.

Nós não podemos demarcar nada em Guarulhos. Nós temos que demarcar aqui, dentro do que é nosso. Nós não podemos demarcar nada dentro do Aeroporto. Lá existe uma zona... Ele todo, sim, nós podemos demarcar. Tem situação em que nós podemos interferir porque extrapola os limites da atividade do zoneamento da Cidade. Nós temos que trabalhar dentro de algumas regras e infelizmente não dá para resolver.

As outras contribuições que vieram, essas dos usos são as mais importantes agora, porque a gente percebeu que é aqui que está o grande conflito agora, e é com o uso bem qualificado nessas zonas que nós vamos ter segurança de que o futuro não vai levar à degradação, não vai espantar os vizinhos residenciais, não vai deixar mais casas vazias para se transformarem, no futuro, em casa para ser vendida muito mais barato, lesando a economia das pessoas.

Então, esses usos, a gente conta muito com a colaboração de vocês. Aliás, tenho contato muito com a colaboração de vocês. Nesse período até a votação, não tem hora, não tem dia, pode passar por *e-mail*. A gente tem visto os trabalhos, são muito técnicos, são bons,

todos eles são fruto da experiência daqueles que já militam nessa área e da sensibilidade de quem mora nessas áreas.

Mais uma vez obrigado por estarem conosco até esta hora, obrigado pela contribuição. Obrigado, Ricardo Nunes, que veio hoje nos ajudar aqui. Daniel, mais uma vez, em nome da Comissão de Política Urbana – tenho certeza de que falo em nome dos sete membros – agradeço a todos os técnicos da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. A gente vai ter que fazer um agradecimento mais do que especial, porque trabalharam incansavelmente. Infelizmente uma delas não está aqui, está fora do Brasil por uma questão pessoal, por um acidente, mas é uma figura extraordinária, importantíssima para a gente. Foi superado tudo isso, a Secretaria se desdobrou para preencher a vaga. Nesse momento do combate qualquer pessoa faz uma enorme falta. Quando falta alguém, a gente tem que fazer com que as forças aumentem para superar esse espaço. O tempo fica muito pequeno e a demanda fica muito grande.

Se a gente deixou de atender alguém, ou algum telefone, desculpem, porque nem sempre é possível fazer cem por cento do que a gente gostaria. Cada vez que te vejo, Eduardo, a gente fica sabendo... sendo cobrado do que nós estamos devendo para você, uma solução para uma situação que envolve a sua região lá na Anchieta.

Muito obrigado. (Palmas)

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – A crise.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Pessoal, agradeço demais.

Deixo um apelo só com relação ao Art. 135, Paulo Frange e Daniel, que a gente precisa realmente reescrever. Paulo, quero me colocar à disposição para te ajudar nisso. É o artigo que fala da fiscalização. Houve aqui um comentário e realmente é algo que está bastante preocupante, você chegar e já poder multar e interditar. Tem que fazer uma redação para que

o fiscal primeiro oriente e para depois... Criar uma política positiva.

No mais, o horário está bastante avançado. Não sei se alguém quer se inscrever para falar. Se ninguém mais quiser falar, declaro encerrados os trabalhos, parabenizando o meu amigo Paulo Frange e o Daniel. Um abraço. Parabéns a todos vocês. (Palmas)

Está encerrada a audiência pública.